



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

REBECA LOUISE DOS SANTOS ANDRADE

**A IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL (ETI) NO MUNICÍPIO DE
AQUIRAZ: O CASO DA ESCOLA JOÃO PIRES CARDOSO**

FORTALEZA

2025

REBECA LOUISE DOS SANTOS ANDRADE

A IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL (ETI) NO MUNICÍPIO DE
AQUIRAZ: O CASO DA ESCOLA JOÃO PIRES CARDOSO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará, (UFC), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas.

Área de Concentração: Avaliação de Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Luís Tomás Domingos.

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A57i Andrade, Rebeca Louise dos Santos.

A Implantação da Escola de Tempo Integral (ETI) no Município de Aquiraz: : O caso da Escola João Pires Cardoso / Rebeca Louise dos Santos Andrade. – 2025.
85 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2025.
Orientação: Prof. Dr. Luís Tomás Domingos.

1. Escola de Tempo Integral (ETI). 2. Avaliação. 3. Políticas Públicas. I. Título.

CDD 320.6

REBECA LOUISE DOS SANTOS ANDRADE

A IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL (ETI) NO MUNICÍPIO DE
AQUIRAZ: O CASO DA ESCOLA JOÃO PIRES CARDOSO

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará, (UFC), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas.

Área de Concentração: Avaliação de Políticas Públicas

Aprovado em: 28/04/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Tomás Domingos (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profª. Dra. Milena Marcintha Alves Braz
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profª Dra Rita de Cássia da Rocha Cavalcante
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui é a realização de um sonho que carrego no coração com muito amor, esforço e gratidão. Nada disso teria sido possível sem pessoas especiais que caminharam comigo, me apoiaram e acreditaram em mim.

Aos meus pais, Andrade e Auzenir, meu tudo. Vocês são a razão da minha força, do meu equilíbrio e da minha coragem. Cada passo que dou carrega o amor e os ensinamentos que recebi de vocês. Todo esforço empenhado por vocês na minha formação profissional e humana, colhemos hoje mais um fruto. A concretização deste sonho é nossa. Dedico a vocês essa certificação. Obrigada por tudo, eu amo vocês!

Às minhas irmãs, Rachel e Renata, pelo carinho constante, pela torcida e por estarem sempre ao meu lado, mesmo nos momentos mais difíceis.

Aos meus sobrinhos, Bento, Sofia e Ana, que eu possa ser para eles exemplo de resiliência, determinação e coragem. Acreditem nos sonhos e no potencial de vocês e invistam nos estudos, nossa maior herança!

Ao meu companheiro, Narcelio, por me encorajar, por estar ao meu lado com amor. Aos amigos Valdgleldson e Samara, irmãos de uma vida toda, que vibraram comigo, e me encorajaram!

Ao Gildazio, minha gratidão por ter embarcado comigo ainda no início, quando tudo era apenas um projeto.

Ao Dr. Jaime e à Jane, por acreditarem no potencial dos profissionais da Educação de Aquiraz e por oferecerem oportunidades que transformam vidas. A visão de vocês impactou diretamente a minha trajetória. Gratidão!

Aos professores, que com tanta dedicação e humanidade deixaram marcas profundas na minha formação. Obrigada por cada ensinamento.

Ao meu orientador, professor Dr. Luís Tomás Domingos, pela orientação, apoio e incentivo durante todo o processo.

Às professoras da minha banca, Rita e Milena, minha sincera gratidão por serem instrumentos de luz e direção no meu trabalho e durante a qualificação. A escuta atenta e as contribuições valiosas de vocês enriqueceram profundamente esta pesquisa.

Aos colegas de trabalho, especialmente Jaqueline e Raquel, por cada palavra de incentivo, por estenderem a mão quando foi preciso e por celebrarem comigo cada conquista.

Aos discentes, docentes e toda a comunidade escolar da Escola João Pires

Cardoso, minha mais sincera gratidão. Vocês foram e continuam sendo uma grande fonte de inspiração. À diretora Irivanda, obrigada por sempre me acolher com generosidade e por enriquecer minha pesquisa com sua confiança e apoio.

E a Deus e Nossa Senhora de Fátima, que me sustentaram, me guiaram e me fortaleceram. Nada seria possível sem a Sua presença em minha vida.

Dedico este trabalho a Ele, aos meus pais e a todos que acreditaram em mim.
De coração, obrigada!
Que venha o Doutorado!

“A preocupação com a avaliação de políticas públicas tem se tornado mais evidente e necessária, visto que cada vez mais os programas precisam, de fato, dar o retorno que a sociedade precisa”. (Jannuzzi, 2014).

RESUMO

As políticas públicas podem ser pensadas como ações sociais coletivas para desenvolver e promover a sociedade contemporânea e globalizada. Deste modo, a política de educação de tempo integral tem crescido de forma significativa nos últimos anos no Brasil. O Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.640 de 31 de julho de 2023 visa fomentar a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica, na perspectiva da educação integral, coordenado pela Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação, o programa busca o cumprimento da meta 06 do Plano Nacional de Educação 2014- 2024, política de Estado construída pela sociedade e aprovada pelo parlamento brasileiro (BRASIL, 2023). O presente trabalho tem como objetivo geral avaliar a Política Pública da Educação de Tempo Integral na ETI João Pires Cardoso de Aquiraz-CE e seus impactos na aprendizagem dos discentes. A metodologia mostra de forma concreta a operacionalização do método e esse trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica, por meio da investigação em bases de dados que compartilhem a pesquisa acadêmica e científica, sendo disseminadores de conhecimentos, esses periódicos voltados para atender o objeto de estudo dessa investigação contribuem na resolução do seu problema, pois, a colaboração de outros pensadores ajuda a confrontar as teorias e sistematizar as informações contidas no desenvolvimento da leitura e da escrita. Os teóricos utilizados foram: GONÇALVES (2011), SOUZA (2006), CAVALIERE (2007), entre outros. Depreende-se com este estudo que uma escola em tempo integral não quer dizer necessariamente que é uma escola com melhores desempenhos, no entanto ela os persegue, tendo em vista que todos os esforços são nesse sentido e o tempo é explorado para o reforçamento do processo de aquisição do saber. Conclui-se, portanto, que como política pública, o tempo integral causa impactos relevantes no campo social e educacional.

Palavras-chave: escola de tempo integral (ETI); avaliação; políticas públicas.

ABSTRACT

Public policies can be thought of as collective social actions to develop and promote contemporary and globalized society. Thus, the full-time education policy has grown significantly in recent years in Brazil. The Full-Time School Program, established by Law No. 14,640 of July 31, 2023, aims to encourage the creation of full-time enrollments in all stages and modalities of basic education, from the perspective of comprehensive education, coordinated by the Secretariat of Basic Education (SEB) of the Ministry of Education, the program seeks to fulfill goal 06 of the National Education Plan 2014-2024, a state policy built by society and approved by the Brazilian parliament (BRASIL, 2023). The present work has the general objective of evaluating the Public Policy of Full- Time Education at ETI João Pires Cardoso de Aquiraz-CE and its impacts on student learning. The methodology shows in a concrete way the operationalization of the method and this work consists of a bibliographic research, through investigation in databases that share academic and scientific research, being disseminators of knowledge, these periodicals aimed at serving the object of study of this investigation contribute to the resolution of its problem, since the collaboration of other thinkers helps to confront the theories and systematize the information contained in the development of reading and writing. The theorists used were: GONÇALVES (2011), SOUZA (2006), CAVALIERE (2007), among others. It is inferred from this study that a full-time school does not necessarily mean that it is a school with better performances, however it pursues them, considering that all efforts are in this direction and time is explored to reinforce the process of knowledge acquisition. It is concluded, therefore, that as a public policy, full-time causes relevant impacts in the social and educational fields.

Keywords: full-time school; evaluation; public policies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEC	Conselho Estadual de Educação
CF	Constituição Federal
CMEA	Conselho Municipal de Educação de Aquiraz
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
E - SAGE	Sistema de Avaliação e Gestão Escolar
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
ERER	Educação das Relações Étnicos - Raciais
ETI	Escola de Tempo Integral
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPECE	Instituto de Pesquisas Econômicas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério de Educação
OMMPA	Olímpiada Municipal de Língua Portuguesa e Matemática
PAIC	Programa Alfabetização na Idade Certa
PAPE	Projeto do Fundo de Fortalecimento da Escola
PCA	Professor Coordenador de Área
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PDT	Professor Coordenador de Turma
PLS	Projeto de Lei do Senado
PME	Programa Mais Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PSE	Programa Saúde na Escola
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica

SAEFA	Sistema de Avaliação do Ensino Fundamental de Aquiraz
SEB	Secretaria de Educação Básica
SEDUC	Secretaria de Educação do Ceará
SME	Secretaria Municipal de Educação
SPAECE	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TGD	Transtornos Globais do Desenvolvimento
UNICEF	Fundo das Nações Unidas pela Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 História da temática.....	13
1.2 Motivação da pesquisa.....	15
1.3 Procedimentos metodológicos da pesquisa e coleta de dados.....	16
1.4 Avaliação da Educação em tempo integral.....	18
2 OS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL.....	21
2.1 A História da Educação em tempo integral: conceitos e práticas.....	24
2.2 A Educação Integral na Política Educacional Brasileira.....	26
2.3 O Projeto Mais Educação – instrumento indutor de educação integral.....	32
3 A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ: CONDICIONANTES HISTÓRICOS, LIMITES E DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA.....	36
3.1 A História de Aquiraz: um breve contexto.....	36
3.2 A Rede pública municipal de Aquiraz - Ceará: elementos contextuais.....	37
3.3 A Implantação da proposta da escola de tempo integral na rede pública municipal.....	39
4 A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL JOÃO PIRES CARDOSO.....	43
4.1 O Estudo de campo da ETI JOÃO PIRES CARDOSO.....	47
4.2 A Gestão Escolar na escola de tempo integral.....	50
4.3 Projeto de vida dos alunos da ETI JOÃO PIRES CARDOSO: refletindo a parceria com as famílias.....	54
4.4 Entre caminhos e descaminhos: os achados deste estudo.....	58
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS	71
APÊNDICES.....	75
ANEXOS.....	80

1 INTRODUÇÃO

As Políticas Públicas¹ são concebidas como o conjunto de ações desencadeadas pelo Estado, no caso do Brasil, elas são aplicadas nas três esferas públicas: federal, estadual e municipal, com vistas ao atendimento a determinados setores da sociedade civil contemporânea. Neste contexto há múltiplas definições acerca do termo, dentre os quais podem-se destacar: políticas públicas como o somatório das atividades governamentais, atingindo diretamente ou indiretamente através de delegações que influenciam a vida dos indivíduos/cidadãos (Peters, 1986); políticas públicas como meio para solução de problemas (Souza, 2006); Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado (Teixeira, 2002).

De forma abrangente, podemos considerar que as políticas públicas são como “o que o governo prioriza/escolhe fazer ou não fazer” (Souza, 2018). As demandas das políticas públicas são divididas em: demandas novas – são aquelas que resultam do surgimento de novos fatores políticos ou novos problemas, demandas recorrentes – são aquelas que expressam problemas não resolvidos ou mal resolvidos e demandas reprimidas – são aquelas constituídas sob um estado de coisas ou por não decisão.

As políticas públicas podem ser desenvolvidas em parcerias com organizações não governamentais e como se verifica mais recentemente, com a iniciativa privada. O ciclo das políticas públicas é constituído das seguintes fases: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções e implementação e avaliação.

Isso é uma forma de visualizar e interpretar a política pública em fases e sequências organizadas de maneira interdependente, a agenda não é nada mais do que a lista de assuntos ou problemas aos quais os participantes do processo político estão prestando atenção. Cada participante e cada processo pode atuar como um incentivo ou como um ponto de voto.

Os governos definem suas agendas de três maneiras, a primeira foca no problema/assunto que entra na agenda quando se assume que deve ser feito algo a respeito, a segunda foca na política propriamente dita, ou seja, como se constrói a consciência coletiva sobre a necessidade de se debater um problema/assunto e a terceira foca nos participantes que são classificados como visíveis que são os políticos, mídia, partidos, grupos de pressão e as invisíveis composta por acadêmicos e pela burocracia.

¹ Política pública, comumente referida no plural políticas públicas, é uma concepção institucionalizada para a solução de problemas públicos que afetam uma coletividade.

Os participantes visíveis definem a agenda e os participantes invisíveis as alternativas. Na fase da identificação das alternativas a teoria da escolha pública adota um viés cético quanto à capacidade dos governos de formularem políticas públicas devido ao auto interesse e à captura das agências governamentais por interesses dos particulares.

Essa teoria é, provavelmente, a que demonstra mais desconfiança na capacidade dos mecanismos políticos de decisão, defendendo a superioridade das decisões tomadas pelo mercado frente às tomadas pelos políticos e pela burocracia. Esses atores ao atuarem em conjunto após o estabelecimento de um projeto a ser desenvolvido onde estão claras as necessidade e obrigações das partes chegam a um estágio de harmonia que viabiliza a política pública (Ferreira, 2008).

O Programa Escola em Tempo Integral²² fomenta a criação de matrículas em tempo integral (igual ou superior a 07h diárias e/ou 35h semanais) em todas as etapas e modalidades da educação básica. A implantação deste proporciona a ampliação da jornada de tempo na perspectiva da educação integral e a priorização das escolas que atendem estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. O Governo Federal fornece assistência técnica e financeira considerando propostas pedagógicas alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2023).

A política de educação de tempo integral tem crescido de forma significativa nos últimos anos no Brasil, isto porque se depreende que a jornada escolar ampliada traz diversos benefícios aos estudantes, notadamente nos aspectos emocionais, cognitivos e sociais, assim como amplia os recursos oriundos do Governo Federal de financiamento da educação, uma vez que o discente com jornada ampliada custa mais do que os de escolas parciais.

Neste sentido, é que optamos por pesquisar sobre os impactos que a política de educação de tempo integral provoca no ambiente pesquisado, na perspectiva de compreender que é necessário fugir de colocações empíricas a respeito deste tema, ao tempo em que se faz relevante entender cientificamente sobre tais impactos. Por isso, compreendemos que o movimento de pesquisa favorece o desenvolvimento das teorias e das práticas, ao tempo em que auxilia tanto na reflexão, como no estímulo a mudanças de comportamentos. Por intermédio do alinhamento da pesquisa, refletimos com o que é considerável para a construção de seus dados, evitando a quantificação que o pesquisador se inquieta a pesquisa qualitativa atende a perguntas muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um

²² O texto estipula que a escola de tempo integral deve manter o aluno em atividades por no mínimo sete horas por dia.

nível de realidade que não pode ou deveria ser quantificado.

A pergunta de partida desta pesquisa é a seguinte: A Escola de tempo integral implantada em Aquiraz-CE, como política pública, tem provocado os impactos esperados na sociedade, na formação humana e cidadã dos discentes? Ou ainda, sido compatível com os investimentos feitos, considerando que os discentes ficam, no mínimo, 07 horas na instituição de ensino?

A indagação representa uma problemática recorrente nos debates relacionados à escola de tempo integral, principalmente quando se verifica que os índices de uma escola regular são melhores, o que acaba por sugerir, de certo modo, uma incoerência em relação aos investimentos feitos e a proposta de ensino de uma escola de jornada ampliada, considerando que os estudantes passam mais tempo na instituição e estão, com maior frequência, realizando atividades que envolvem diversos aspectos de uma educação integral, ou seja, aquela que percebe o aluno como um todo, e não olha somente para a dimensão cognitiva.

O objetivo geral da pesquisa é avaliar a Política Pública da Educação de Tempo Integral na ETI João Pires Cardoso de Aquiraz-CE e seus impactos na aprendizagem dos discentes; e os objetivos específicos são identificar os resultados de avaliações internas e externas da ETI João Pires Cardoso de Aquiraz-CE no período de 2021 a 2023; verificar a relação entre os aspectos teórico e prático da proposta da ETI João Pires Cardoso de Aquiraz-CE; e discutir os resultados da ETI João Pires Cardoso de Aquiraz-CE com jornada ampliada à luz de sua proposta pedagógica e dos investimentos feitos.

Esse estudo pretende-se fazer uma discussão reflexiva acerca dos resultados da aprendizagem dos discentes matriculados em escola de tempo integral, com base na perspectiva de que as instituições com jornada ampliada podem oferecer mais oportunidades de aprendizagens do que as escolas regulares, fato que tem favorecido a implantação e/ou ampliação de escolas em tempo integral, visando à melhoria da aprendizagem e, consequentemente, dos resultados e índices educacionais do município de Aquiraz, Estado do Ceará.

Trata-se de um estudo do tipo bibliográfico, por meio da investigação em bases de dados que compartilhem artigos científicos como disseminadores de conhecimentos, esses periódicos voltados para atender o objeto de estudo dessa investigação contribuem na resolução do seu problema, pois, a colaboração de outros pensadores ajuda a confrontar teorias e sistematizar as informações contidas no desenvolvimento da leitura e da escrita.

Para Gonçalves (2005), o estudo é um dos primeiros passos quando queremos

iniciar qualquer tipo de investigação científica, pois, tem como finalidade principal tornar o sujeito-pesquisador conhecedor dos trabalhos já realizados que compartilham essa temática, no caso a Escola de Tempo Integral (ETI).

O objetivo da pesquisa bibliográfica é revisar o material produzido por outros autores com o intuito de não repetir pensamentos ditos anteriormente ou mesmo repetir erros desmisticificados acerca da temática estudada. Portanto, a pesquisa bibliográfica ou de revisão de literatura, proporciona ao sujeito-pesquisador a possibilidade de realizar um mapeamento de informações existentes sobre a temática estudada. (Gonçalves, 2005).

Os teóricos utilizados foram Gonçalves (2011), Souza (2006), Cavaliere (2007), entre outros. Essa verificação de obras consolidadas acerca do tema abordado favorece o alinhamento das ideias e permite que o pesquisador possa confrontar suas informações com outros achados (Gonçalves, 2005). Esse trabalho consiste em uma pesquisa de cunho bibliográfico, onde foram analisados dados e informações sobre o tema em questão e tratado de forma interpretativa e reflexiva.

A EMEF João Pires Cardoso foi criada pela Lei Municipal, Nº 119/1997, de 15 de agosto de 1997 e credenciada pelo Conselho Municipal de Educação de Aquiraz pelo parecer 13/2021 – CMEA, com validade de 31/12/2022. O parecer de credenciamento foi prorrogado pela resolução: 24/2022-CMEA/CE, até 31 de dezembro de 2023.

1.1 História da temática

Pensar na implantação de uma política requer etapas e estratégias relevantes para que as ações planejadas sejam colocadas em prática, desde a sua concepção dessa política, passando por sua execução e chegando ao processo de monitoramento e avaliação dos resultados e dos impactos da referida política pública.

Jannuzzi (2014) dá ênfase à importância de uma política pública, que permita um estudo avaliativo e comparativo dos elementos que fazem parte da referida política pública, de modo que produza resultados positivos que sirvam à sociedade. Deste modo, depreende-se sobre a importância da avaliação de uma política pública com vistas à sua melhoria e possíveis mudanças/transformações sociais e econômicas a fim de qualificar ainda mais o processo e o progresso.

Seja por meio de programas de ampliação do tempo escolar, como o Programa Mais Educação, por exemplo, ou, ainda, pela permanência dos estudantes na instituição de ensino com currículo específico para escolas de tempo integral, é fato que os investimentos com

jornada ampliada buscam dar conta de resultados educacionais que, de fato, corroborem com a proposta de ensino dessas escolas, em que o currículo escolar é priorizado juntamente com outras atividades que viabilizem a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes.

O Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.640 de 31 de julho de 2023³ visa fomentar a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica, na perspectiva da educação integral, coordenado pela Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação, o programa busca o cumprimento da meta 06 do Plano Nacional de Educação 2014-2024⁴, política de Estado construída pela sociedade e aprovada pelo parlamento brasileiro (Brasil, 2023).

O Programa prevê assistência técnica e financeira para a criação das matrículas em tempo integral, igual ou superior a 07 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas. A assistência técnica-pedagógica e financeira aos estados, municípios e Distrito Federal tem como ponto de partida a adesão ao mecanismo de fomento financeiro para a criação de matrículas de tempo integral, a adesão ao Programa e o recebimento dos recursos não solucionam, contudo, o complexo desafio de organização, gestão e implementação da educação integral em jornada ampliada nas redes de ensino.

Para assegurar a qualidade e a equidade na oferta do tempo integral, o Programa foi estruturado ainda em cinco eixos: Ampliar, Formar, Fomentar, Entrelaçar e Acompanhar articulando uma série de ações estratégicas, disponibilizadas a todos os entes federados.

Os ideias norteadores da ETI João Pires Cardoso fundam-se na relevância da pesquisa, na melhoria no processo de ensino e de aprendizagem, no desenvolvimento dos saberes, das aprendizagens das crianças, na perspectiva da política de ampliação da jornada escolar, compreendendo que, quanto maior o tempo dos estudantes na escola, mais oportunidades de aprendizagens terão, o que faz da escola em tempo integral uma importante política pública com objetivo precípua de provocar mudanças sociais e impactos na educação do município de Aquiraz- CE.

Essa discussão em torno da escola em tempo integral se faz necessária por todos os investimentos empreendidos na busca de uma educação que possibilite uma educação integral, ou seja, que considere todos os aspectos que interferem no ensino e na aprendizagem dos estudantes, especialmente no que se refere ao tempo, espaço e currículo, de sorte que possam

³ Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021.

⁴ A meta 06 do Plano Nacional de Educação (PNE) é oferecer educação básica em tempo integral em pelo menos metade das escolas públicas do país. O objetivo é atender a pelo menos 25% dos alunos da educação básica.

ampliar os conhecimentos dos alunos e, consequentemente, provoque resultados satisfatórios que impactem em suas vidas e também na sociedade.

1.2 Motivação da pesquisa

No Brasil, as políticas públicas sociais têm como marco a característica de direito para os indivíduos/cidadãos, a partir da década de 1980, momentos de fortes movimentos sociais na luta pela democracia e pelos direitos sociais, registra-se a Constituição Federal de 1988, que é considerada a Constituição Cidadã, tendo em vista as conquistas em relação aos direitos sociais e a assistência social. (Sousa *et al*, 2013).

Simões (2010) referencia a Constituição Federal como marco do início da construção da política de assistência social e na qualidade de política pública, pois “A Constituição Federal concebe a assistência social como política de seguridade social de responsabilidade do Estado e direito do cidadão.” (arts. 203 e 204 CF).

Ressalta ainda o autor que:

Segundo a Lei, a assistência tem por finalidade assegurar a prestação das necessidades básicas, com base nas quais as políticas públicas, com a participação da comunidade, definem os mínimos sociais, de natureza mais ampla. Para reduzir os níveis de pobreza, prevê diversas estratégias: criação de programas de geração de trabalho e renda; proteção a maternidade, as crianças e aos adolescentes; apoio a gestantes; pessoas com deficiência ou pessoas idosas, desde que carentes por meio de ações continuadas de assistência social. (Simões, 2010, p. 295).

Nesse contexto a Educação passa a ser uma de política pública de direito inserida no tripé da Seguridade Social⁵. Esses setores são mecanismos que garantem os direitos sociais dos cidadãos brasileiros, portanto não é contributiva, mas de responsabilidade do Estado, e no conjunto das demais políticas setoriais na perspectiva de enfrentamento à pobreza e a proteção social.

A escolha da temática tratada nesse trabalho é relevante, pois a mesma foi pesquisada e percebida como uma carência na área da educação de tempo integral como um todo e principalmente se tratando do município de Aquiraz-CE, Além disso, é notório que o tema trazido é bastante discutido no nosso cenário educacional atual, porém mesmo que esteja sendo debatido o que percebemos é que as resoluções trazidas na teoria para os desafios que o tema propõe, não são aplicadas devidamente na prática.

⁵ O tripé da Seguridade Social é a união dos setores de saúde, previdência e assistência social.

A ideia de discussão sobre o tema, também tem o intuito de movimentar os debates com perspectiva de buscar melhoria para os problemas ainda enfrentados quando se trata de educação em tempo integral.

Diante disso, defendemos que, a pesquisa trabalha ainda, com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes desenvolvidas, esse conjunto de fenômenos humanos se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (Minayo, 2011).

Nestes termos, buscamos empreender um percurso metodológico com base numa perspectiva qualitativa, de forma que este trabalho de pesquisa utilizou-se da pesquisa do tipo bibliográfica, a qual, de acordo com Gil (2008, p. 44) “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

1.3 Procedimentos metodológicos da pesquisa e coleta de dados

A metodologia tem como objetivo mostrar de forma concreta a operacionalização do método, ou seja, estudando-o, descrevendo-o e explicando-o. Buscando ações que venham concretizar a verificabilidade dos fatos apresentados em questão, através de meios e técnicas que possibilitarão chegar ao fim almejado dessa investigação e assim colaborar para a construção do conhecimento (Minayo, 2001).

Objetivando contemplar um diálogo entre teoria e prática, foi necessária uma revisão literária no âmbito da categoria da temática da Escola de Tempo Integral. Através de pesquisas em livros, matérias jornalísticas, entrevistas, boletins, estudos monográficos e documentos eletrônicos dentre outros.

O processo metodológico refere-se ao estudo dos caminhos, dos instrumentos empregados para se fazer pesquisa científica, os quais respondem ao modo de conduzir a pesquisa, objetivando fazê-la de forma eficiente para orientar o pesquisador a estruturar seu estudo, para “captar e processar informações e resolver diversas categorias de problemas teóricos e práticos da investigação” (Thiollent, 2004, p. 25).

A pesquisa bibliográfica e exploratória, de acordo com Gil, envolve:

Os procedimentos de observação são frequentemente estudados como próximos aos procedimentos experimentais. Nesses casos, o método observacional difere do experimental em apenas um aspecto: nos experimentos o cientista toma providências para que alguma coisa ocorra, a fim de observar o que se segue, ao passo que no estudo por observação apenas observa algo que acontece ou já

aconteceu (Gil, 1995, p. 35).

Depreende-se que, para se alcançar os objetivos pretendidos desta pesquisa, fez-se necessário adotar posturas e caminhos que nos permitissem obter êxito no decorrer do percurso. Importa compreender que metodologia relaciona-se, de acordo com Minayo (2001, p. 16), com “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas”. Deste modo é que buscamos empreender um rigor metodológico de análise e interpretação de ideias, conceitos e dados para que pudéssemos chegar com êxito aos resultados esperados.

Para tanto, os dados foram coletados por meio de visitas à instituição, com observações e entrevista registrados, e da análise de documentos, como o projeto político pedagógico da instituição, bem como relatórios contendo os resultados de avaliações internas e externas, e ainda bibliografias que nos permitiram pensar e refletir acerca do tema abordado, primando pela rigor desses dados e buscando o entendimento do contexto do *locus* da pesquisa.

Neste sentido, é importante compreender que todo fenômeno educacional está situado em um contexto social alvo de uma série de determinações. Por ela fazer parte de uma realidade histórica complexa e dinâmica, considera-se um grande desafio à pesquisa educacional captar seu objeto de estudo inserido em sua realidade histórica (Lüdke; André, 1996).

Como estratégia de investigação, optamos por trabalhar com a pesquisa-ação, a qual, segundo Thiollent (1988, p. 16) encontra um contexto favorável quando:

Os pesquisadores não querem limitar suas investigações aos aspectos acadêmicos e burocráticos da maioria das pesquisas convencionais. Querem pesquisas nas quais as pessoas implicadas tenham algo a ‘dizer’ e a ‘fazer’. Não se trata de simples levantamento de dados ou de relatórios a serem arquivados. Com a pesquisa-ação, os pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados.

Nessa esteira, temos o entendimento de que, em virtude da complexidade do tema a pesquisa-ação é o caminho mais adequado para a sua realização, sendo, portanto, necessário definir quais as ações, os seus agentes, os seus sujeitos e os seus objetivos, bem como qual o conhecimento a ser produzido em função dos problemas encontrados no desenvolvimento da ação e da pesquisa.

Para discussão e análise dos dados, será adotado o método da análise de conteúdo, que se constitui de:

Um conjunto de técnicas de análises de comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. [...] A intenção da análise de conteúdos é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não) (Bardin, 2011, p. 44).

A partir da análise de conteúdo será possível compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas e identificar os sentidos do que emerge dos dados.

Segundo Minayo (2011, p.21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa nas ciências sociais, como uma realidade que não pode ser reduzida em números e dados. Sendo assim, ela trabalha com interpretação dos fenômenos e atribuição de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Os sujeitos da pesquisa são os gestores e professores da ETI João Pires Cardoso, de Aquiraz-CE. A pesquisa consistiu em estudo descritivo, de natureza básica, com abordagem qualitativa. Descrição de leituras aprofundadas e contínuas, conduzida pela natureza hermenêutica o estudo aprofundado com base em contextos, tendo em vista a compreensão de relatos em uma investigação humanizada, e dessa forma o uso da interpretação textual onde trata de problemas na vivência de ações humanas, tratando de forma coerente todas as análises textuais sobre educação integral.

1.4 Avaliação da Educação em tempo integral

A Escola Municipal de Ensino Fundamental João Pires Cardoso está situada na Rua Aldenora Cardoso Porto, nº 332, na localidade do Camará, zona urbana, reconhecida pelo Parecer Nº 13/2021 do Conselho Municipal de Educação de Aquiraz e criada pelo ato de criação Lei Nº 119/1997, de 15 de agosto de 1997. A referida instituição é mantida pelo município e atende aos estudantes de 6º ao 9º ano do ensino fundamental, sendo todas as turmas de tempo integral, totalizando dez horas de trabalho por dia.

A relevância acadêmica considera que uma política de educação em tempo integral pode abrigar diversos sentidos, a depender do contexto sociopolítico em que a discussão ocorre. Isto porque, no entendimento de muitos, a visão assistencialista prevalece em detrimento do papel da educação integral, qual seja, o de buscar o desenvolvimento dos

estudantes considerando diversos aspectos que não só o cognitivo.

A ideia de que a jornada ampliada nas escolas é para os menos favorecidos ou para que os pais/mães dos estudantes trabalhem, configura-se como um discurso ainda presente na sociedade, fazendo da política uma ação meramente assistencial com perspectivas muito mais relacionadas à quantidade do que à qualidade.

Segundo o que coloca Cavalieri (2007, p.16)

A visão predominante, de cunho assistencialista, vê a escola de tempo integral como uma escola para os desprivilegiados, que deve suprir deficiências gerais da formação dos alunos; uma escola que substitui a família e onde o mais relevante não é o conhecimento e sim a ocupação do tempo e a socialização primária. Com frequência, utiliza-se o termo “atendimento”. A escola não é o lugar do saber, do aprendizado, da cultura, mas um lugar onde as crianças das classes populares serão “atendidas” de forma semelhante aos “doentes”. (destaques do autor).

O fato é que, embora se tenha relação do tempo integral escolar como uma política meramente assistencialista, a implantação e/ou ampliação de instituições de tempo integral concorre para uma visão mais qualitativa dos trabalhos educacionais, de sorte que, os resultados de tais instituições possam surgir como mais promissores, priorizando o tempo de aprendizagem e desenvolvimento.

A avaliação na educação integral é um processo que acompanha o ensino e a aprendizagem dos alunos, considerando os saberes, as habilidades, as suas competências e as dimensões do desenvolvimento emocional e cognitivo. Os objetivos da avaliação são ajudar o aluno a demonstrar a sua evolução no desempenho, ajudar o aluno a traçar o seu percurso de aprendizagem, ajudar o professor a qualificar o seu ensino, ajudar o aluno e o professor a tomarem decisões, ajudar o aluno a desenvolver competências para a vida cidadã e para o mundo do trabalho.

A avaliação não deve ser apenas classificatória e seletiva, a avaliação deve ser holística, considerando múltiplas dimensões do desenvolvimento e aprendizagem do aluno, a avaliação deve ser também um caminhar para além da verificação da aprendizagem e finalmente a avaliação deve estar a serviço da formação do educando.

Este trabalho de pesquisa está dividido em três capítulos, sendo iniciado com o texto introdutório e findando com as considerações finais, além das referências bibliográficas, anexos e apêndices. No primeiro capítulo serão discutidos os fundamentos da educação em tempo integral como política pública, com relatos históricos sobre o tema, sobretudo no Brasil, enfatizando tanto aspectos legais como, também, políticos, sociais e educacionais.

No capítulo 2, nos deslocamos para o *lócus* deste estudo, discutindo o tempo integral no contexto do Município de Aquiraz, no Ceará, remetendo à história do município e fazendo um relato sobre a rede de educação municipal do referido município. Ainda nesse capítulo, analisamos a implantação da política de educação integral no sistema de ensino de Aquiraz.

No terceiro capítulo, vamos ao local mais específico desta pesquisa, no caso a Escola de Tempo Integral João Pires Cardoso, localizada na comunidade de Camará. Aqui reportamos ao estudo de campo realizado por meio das visitas à instituição de ensino, entendendo como é feita a gestão da escola, e relação com as famílias e os desafios e potencialidades da escola em tempo integral. Ainda, discutimos nossas impressões sobre o estudo feito.

Nas considerações finais apontamos as conclusões deste trabalho ao tempo em que colocamos nossos desafios e dificuldades durante o processo de realização deste estudo, e ainda a necessidade de se continuar os debates sobre o tema deste trabalho de pesquisa.

2 OS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

É importante colocar, para o início deste debate, que há uma diferença importante entre educação integral e educação em tempo integral, modelo que tem sido progressivamente ampliado no Brasil, tendo em vista que algumas leis, como a LDB nº 9394/96 e Plano Nacional de Educação (Lei nº13.005/2014), preveem a implantação deste modelo. Como pode-se observar, o parágrafo 2º do art. 34 da primeira lei citada versa o seguinte: “O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino”, e o Plano Nacional de Educação trata do seguinte na Meta 06: “Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica”. Fala-se, portanto, de uma educação integral, num sentido mais global, em um modelo em que os estudantes passem mais tempo dentro da escola.

Para entender melhor esses conceitos, vejamos o que diz Cardoso e Oliveira (2021):

O debate em torno da educação integral e tempo integral tem se intensificado no Brasil nas últimas décadas, especialmente, a partir da implementação do Programa Mais Educação. Há que se apontar a existência de uma polissêmia de conceitos, perspectivas e práticas acerca da educação integral, o que evidencia esse campo como um território de disputas, seja pelas propostas governamentais de ampliação da jornada diária escolar, visando à indução à educação integral, seja pelas reflexões de pesquisadores que se dedicam ao estudo da temática.

Por muitas vezes os termos “educação integral” e “educação em tempo integral” foram interpretados como sinônimos. Com o passar dos anos, especialmente os mais recentes, os sentidos foram sendo colocados em locais específicos, embora com uma relação próxima. O fato é que numa escola em tempo parcial (com duração de 4 horas) há educação integral, bem como a escola com jornada ampliada (no mínimo 7 horas diárias) também trabalha a educação integral. O conceito desta, portanto, está relacionado com uma perspectiva mais global do desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes, de modo que são vistos em todos os seus aspectos como o intelectual, social, afetivo, histórico, cultural, etc, ao passo em que o tempo integral relaciona-se mais com a ampliação da jornada de atividades.

Na Base Nacional Comum Curricular (2018) a definição de educação integral relaciona-se com a formação e o desenvolvimento global dos estudantes e independe do tempo em que os alunos passam no ambiente escolar. O esforço pela ampliação do tempo também se movimenta nesta perspectiva, tendo em vista que quanto mais tempo as crianças e jovens ficam na escola, em tese, melhor será seu desenvolvimento integral.

Mais recentemente, já no governo federal atual, foram promulgada a lei nº 14.640/2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral - ETI, e altera a Lei nº 11.273/2006 , a Lei nº 13.415/2017 e a Lei nº 14.172/2021. No Art. 1º da Lei 14.640/2023, estabelece a instituição do “Programa Escola em Tempo Integral, no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de fomentar a criação de matrículas na educação básica em tempo integral”.

Para além do assistencialismo, o discurso é de que quanto mais tempo na escola, maiores as possibilidades de aprendizagens e desenvolvimento dos alunos, embora se saiba que isto não se constitui uma regra. Espera-se que os resultados educacionais de instituições com jornada escolar ampliada ofereçam mais oportunidades para a obtenção do sucesso escolar, considerando a adoção de educação integral, ou seja, que vise o desenvolvimento pleno do educando (Brasil, 2018).

Para Camurça (2013, p. 36):

Tendo em vista a presença significativa da temática da educação integral na legislação educacional e o aumento de experiências de alargamento do tempo escolar que se desenvolvem em vários municípios brasileiros, através da formulação de políticas voltadas para a consolidação da ampliação da jornada escolar, parece que a escola pública de horário integral constitui-se como condição para concretizar o direito à educação de qualidade, tão presente nos discursos oficiais.

As escolas de tempo integral surgem na perspectiva de oferecer mais oportunidades de formação dos estudantes, inclusive contrariando expectativas negativas em relação ao sucesso escolar dos alunos, sobretudo os que vivem em situação de vulnerabilidade social.

De acordo com Bourdieu e Passeron (2009), a escola funciona como ferramenta de reprodução das desigualdades e diferenças sociais, o que os autores chamaram de violência simbólica, o que corrobora com a equivocada ideia de que os filhos dos menos favorecidos não podem ter sucesso na escola e na vida.

A escola com jornada ampliada de ensino e o trabalho com a educação integral possibilitam ultrapassar as barreiras impostas numa perspectiva de uma escola acolhedora e inclusiva, tendo em vista sua proposta pedagógica que respeite os discentes e a história de vida de cada um.

Corroborando com Gonçalves (2005, p.33):

Só faz sentido pensar na ampliação da jornada escolar, ou seja, na implantação de escolas de tempo integral, se considerarmos uma concepção de educação integral com a perspectiva de que o horário expandido represente uma

ampliação de oportunidades e situações que promovam aprendizagens significativas e emancipadoras.

Há de haver sentido no trabalho das instituições de tempo integral, uma vez que a ampliação do tempo precisa ser planejada e organizada com atividades que fortaleçam as aprendizagens. Não pode ser, portanto, apenas um espaço em que o aluno fica o dia todo, porém ocioso. O que se vê em determinados casos de instituições de tempo integral é que os espaços são precários, quando tem, e o tempo é desperdiçado com ações que não contribuem com o aspecto cognitivo dos estudantes.

Depreende-se que uma escola de tempo integral, alicerçada em uma proposta de educação integral, configura-se em um espaço de acolhimento e inclusão, em que o currículo é diversificado e dinâmico, as práticas são efetivadas com base em um projeto pedagógico também inclusivo e que, além do aspecto cognitivo, são considerados outros, de sorte que os discentes possam gozar de todas as oportunidades des para seu desenvolvimento pleno.

De acordo com Coelho e Cavaliere (2002, p.25):

A escola de tempo integral jamais poderia ser confundida com a escola de dupla jornada, pois essa funciona com a mera repetição de tarefas e metodologias muitas vezes já fracassadas, decretando assim a falência das tentativas de melhorias do ensino. Para a autora, o termo tempo integral não pode limitar-se a ampliar a jornada diária dos alunos, em termos de “mais do mesmo”, e sim configurar-se como um concreto projeto de educação integral”.

Para a execução da Educação de tempo integral é preciso assegurar um espaço adequado, com condições físicas e estruturais que garantam o desempenho das atividades. Para além do espaço, nessas instituições deve estar uma equipe coesa, especialmente com um corpo docente comprometido e que, preferencialmente, possa estar na escola também o dia todo.

A participação da família também se faz fundamental nesse processo, principalmente porque nessas instituições sempre existem desafios que, dialogados e resolvidos colaborativamente, têm muito mais chances de serem transpostos. Neste sentido, Gonçalves (2005, p.55) esclarece alguns elementos importantes para o funcionamento eficaz de uma escola de tempo integral:

Queremos dizer, com isso, que a relação existente entre dirigentes, professores, educandos e familiares (comunidade educativa) pressupõe que cada segmento tenha voz própria e um canal de expressão de suas necessidades, opiniões e sugestões sobre a forma de organização do espaço escolar, espaço esse que é comum a todos. E o que é comum a todos é, na realidade, um espaço que tem uma função educativa, que promove aprendizagens significativas, não para a vida futura e adulta das crianças e jovens e, sim, para a vida que é vivida no aqui e agora do ambiente escolar. O momento de escolarização não se dá à parte da vida, portanto, ele só poderá se realizar, ao se constituir num espaço vivo e

pulsante para todos os envolvidos.

O trabalho da escola de tempo integral precisa garantir o ensino e as aprendizagens significativas. Para tanto, são necessários elementos e ações que assegurem as práticas pedagógicas e o desenvolvimento das habilidades e das competências dos discentes.

Quando se garante que o trabalho seja feito qualitativamente, assegura-se ao mesmo tempo, maiores possibilidades de que os resultados educacionais sejam os melhores possíveis. Sabe-se, entretanto, que este continua sendo um desafio, com destaque para a instituição de tempo integral, isto porque há escolas parciais que os resultados são melhores quando se trata de avaliações externas. Tal cobrança ocorre exatamente pelo fato de ser mais investido nas escolas integrais e de estas estarem mais tempo com os discentes.

2.1 A História da Educação em Tempo Integral: conceitos e práticas

De acordo com Bezerra e Diógenes (2023) o histórico da educação em tempo integral no Brasil revela uma trajetória marcada por transformações ao longo das décadas. Desde os seus primórdios, nas décadas de 1930 e 1950, quando surgiram as primeiras ideias de ampliação de tempos, espaços, sujeitos e oportunidades educativas, até os dias atuais, a educação integral tem sido um tema central no cenário educacional brasileiro.

O início dessa discussão em torno de uma educação de qualidade, nesta perspectiva da educação de tempo integral, em um contexto histórico, inicia-se com o manifesto dos pioneiros da educação nova, assinado por 26 intelectuais brasileiros em 1932, o qual reivindicava por educação pública de qualidade em um sistema integrado. Outro marco importante foi a criação das escolas-parques, em 1950, pelo educador Anísio Teixeira, um dos pioneiros da educação nova. A perspectiva de tais escolas foi o oferecimento de atividades variadas. É importante citar os círculos de leitura de Paulo Freire, em 1960, que contribuíram de forma significativa para a formação dos alunos, por meio da leitura crítica do mundo. Em 1990 foi instituído o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que traz em seu bojo a educação integral no sentido de garantir que os direitos das crianças e dos adolescentes fossem assegurados.

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, que traz como finalidade o pleno desenvolvimento dos educandos, também já coloca a perspectiva de uma educação que contemple, além do desenvolvimento intelectual, o afetivo, social, cultural, etc, sendo portanto, integral. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 1996, corrobora com a constituição e, de forma mais direta, coloca que o ensino deverá ser, progressivamente,

ministrado em tempo integral, deixando a critério dos sistemas de ensino.

O Plano Nacional de Educação de 2001, com vigência decenal, trouxe metas de universalização do ensino, bem como dá ênfase à melhoria da qualidade do ensino, no entanto não estabeleceu metas com vistas à educação de tempo integral. Já o plano Nacional de Educação de 2014 (Lei 13.005/2014), prorrogado até dezembro de 2025, trouxe metas claras sobre a ampliação da jornada escolar, conforme Meta 06 do referido plano: “Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica”.

Nesta cronologia, em 2007 foi lançado o Programa Mais Educação com o objetivo de ampliar a jornada escolar, sendo o primeiro grande movimento de promoção da educação em tempo integral. O referido programa propunha atividades a serem realizadas no contraturno escolar, bem como oferecia apporte financeiro para compra de materiais que garantissem a execução das atividades. Em 2016, o governo lança o Novo Mais Educação, um meio de fortalecer a educação integral e proporcionar uma formação mais ampla aos estudantes brasileiros, especialmente os de menor rendimento, observados por meio das avaliações em larga escala.

Para Camurça (2013, p. 50):

O Programa Mais Educação é uma ação do Ministério da Educação, que embalado por um aparato legal e pela pressão exercida pelos movimentos sociais e organismos internacionais, incluiu na sua agenda política uma estratégia para colocar em prática a educação integral, há muito tempo defendida, propondo a ampliação da jornada escolar para os alunos com baixo desempenho escolar, observado através do IDEB das escola.

Mais recentemente, precisamente em 2017, foi instituída a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento com caráter normativo e orientativo, que estabelece aprendizagens essenciais para os estudantes brasileiros. A base aborda uma formação na perspectiva integral, que considere além do conhecimento acadêmicos. Por fim, a historicidade da educação integral e do tempo integral, nesta apresentação breve, finda com a Lei nº 14.640/2023, que institui o programa Escola em tempo Integral. Este programa tem por finalidade matrículas de estudantes na jornada escolar ampliada, alinhando tempo e educação plena dos alunos, em atendimento ao plano nacional de educação.

Para Branco (2012) “a ampliação da jornada escolar ao colocar em questão o tempo de permanência dos alunos sob responsabilidade da escola, dentro ou fora dela, destaca não mais

o tempo para o ensino e sim o tempo para a aprendizagem”. É importante colocar que uma instituição com tempo ampliado não quer dizer, necessariamente, qualidade do processo de ensino e aprendizagem. No entanto, sabe-se que, em tese, quanto mais tempo o aluno tem na escola, melhores são as possibilidades de aprendizagem, uma vez que esses estudantes estão mais envolvidos em atividades pedagógicas, culturais, esportivas, etc. Daí a necessidade de estudar sobre esta temática, no sentido de compreender os resultados da escola com jornada ampliada, dados os investimentos financeiros, técnicos e de pesquisa que estão em torno da educação em tempo integral.

Para Cavalieri (2007) “reduzir as potencialidades da ampliação do tempo de escola à busca de mais eficiência nos resultados escolares [...] limita os possíveis sentidos ou significados educacionais inovadores dessa ampliação”. Mas, nessa linha tênue entre visão assistencialista e a busca pela qualidade da aprendizagem em que se encontra a escola de tempo integral, vale indagar: qual a função precípua dessa política? O fato é que a educação tem como finalidade o desenvolvimento integral dos estudantes, independentemente da condição social de cada um ou o regime de funcionamento da instituição seja parcial ou integral.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) é finalidade da educação “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Deste modo, depreende-se que qualquer escola deve trabalhar para estes fins, especialmente percebendo os estudantes como um ser completo, integral, e que desenvolva nos discentes sua capacidade crítica, criativa e que exerça seu papel de cidadãos na sociedade. A potencialização do programa da escola em tempo integral, no entanto, pode ampliar as possibilidades para o desenvolvimento pleno dos estudantes, tendo em vista que a escola dispõe de mais tempo para realizar atividades com objetivos e finalidades diversas.

Para Charlot (1996, p.74) “as teorias da reprodução não dão muita importância às práticas de ensino nas salas de aula e às políticas específicas dos estabelecimentos escolares”, assim, é preciso verificar o trabalho desempenhado pela instituição de ensino, especialmente na perspectiva da educação de tempo integral que leve em conta o espaço, tempo, recursos, e de educação integral, percebendo um aluno como um ser completo.

2.2 A Educação Integral na Política Educacional Brasileira

De acordo com Gonçalves (2008) “a ênfase nas políticas públicas de caráter social como uma forma privilegiada para combate a exclusão social é um fenômeno relativamente

recente, pois, outrora, a ênfase foi posta no crescimento da economia e na geração sempre crescente de postos de trabalho com carteira assinada articulada a todas as benesses do *welfare-state* à brasileira”.

Depreende-se que uma política pública, em qualquer área, tem como objetivo transformar o contexto social no qual vivem as pessoas. São ações, programas, projetos, etc. pensados pelo governo e executados com foco no cumprimento dos direitos de cidadania para determinados grupos sociais.

A eficiência da política pública se dá quando se consegue atingir e beneficiar o cidadão comum e este percebe e reconhece o seu impacto no dia a dia. Entende-se por políticas públicas um conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade, são linhas de ação que buscam satisfazer ao interesse público e têm que estar direcionadas ao bem comum. (Dias, 2003 *apud* Lima e Duarte, 2025).

Uma ação pública olha para um problema posto, a partir de um diagnóstico que detecte seus desafios os quais estão, de alguma forma, provocando um *déficit* aos agentes sociais. Por exemplo: evasão escolar; desempenho negativo dos alunos em termos de aprendizagem; má qualidade do transporte escolar; crianças e jovens em situações vulneráveis fora da escola, etc.

É importante salientar que um diagnóstico se faz de extrema relevância para detecção dos problemas em uma determinada área, o que poderá ser o ponto de partida para a formulação de uma política, conforme afirmação no Guia Prático de Análise *ex ante* (Avaliação de Políticas Públicas), abaixo:

Um passo importante para a proposição de uma nova política ou para a reformulação ou o aperfeiçoamento de política já existente é o diagnóstico do problema que se pretende combater. Deve-se identificar claramente o problema que enseja a proposta, associado a uma população ou a um grupo em particular. Isso garante que a política pública tenha uma concepção sólida e que a análise entre esse problema e as ações e os resultados propostos possa ser desenvolvida de forma consistente. A problematização que enseja a ação governamental precisa ser bem feita para que a solução proposta seja adequada e a melhor opção possível (Brasil, 2018, p. 55).

Com base no diagnóstico cumprem-se outras etapas igualmente importantes para a efetivação de uma política pública cabendo aos agentes públicos e instituições a definição de papéis a fim de que aconteçam articulações e negociações, observando-se sempre as características do ambiente social. Neste sentido, é fundamental que se formulem perguntas durante o percurso da construção de uma política, a fim de que suas respostas deem uma possibilidade real de viabilidade e exequibilidade da ação pública.

Para melhor compreender essas etapas, recorremos à figura abaixo, retirada do Guia

Prático de Análise *ex ante*:

Figura 1 - Etapas para caracterização de uma política pública



Fonte: BRASIL (2018).

Essas etapas não significam um ordenamento cronológico, no sentido de sequência de estágios, mas devem ser vistas como processos cumulativos e cílicos, em que cada fase retroalimenta as demais.” (Brasil, 2018, p. 72). Para além disto, é imprescindível que reconheçamos cada uma das etapas para que a política, de fato, seja executada com êxito.

Como já vimos, a política nasce de uma análise de uma dada realidade, em que se é observado o que tem causado os problemas diagnosticados. Por óbvio, a pretensão de uma ação pública é sanar, minimizar ou acabar com os problemas, fatores que fazem pensar para quê a implantação de uma política pública? Isto se configura como o objetivo da ação, atacando a causa do problema.

A segunda pergunta que provoca uma reflexão é para quem será a política? Com esta indagação se define o público-alvo para o qual a política deve ser destinada, delimitando em quem deve chegar, identificando e caracterizando a população que o problema afeta para que as ações, de fato, cheguem a esse público.

Outra etapa de grande importância diz respeito à definição de meios e instrumentos com os quais a política deverá contar, o que nos remete a pergunta: como a política será implementada? Não há como atingir objetivos que atacam diretamente os desafios diagnosticados sem os instrumentos disponíveis para que, por meio de seu uso, possa-se chegar às metas pretendidas para efeito de mitigação do problema. É importante citar que, segundo o Guia Prático de Análise *ex ante*: “a capacidade de a ação pública atingir o público-alvo no território, dando cabo às fontes do problema, e alcançando resultados e metas compatíveis com os objetivos propostos, ao final da implantação da política, depende fortemente de quais os instrumentos disponíveis, sua capacidade de aplicação e de que forma eles serão utilizados na ação pública” (Brasil, 2018, p. 87)

Temos, ainda, os atores e arranjo institucional, uma etapa de definição dos agentes e instituições que comporão a política pública e que ajudam a definir o desenho dessa política,

ou seja, quem serão os atores envolvidos? O foco central dessa etapa diz respeito à definição de deveres e atribuições dos envolvidos, responsabilizando-os pelos processos decisórios de implantação da política. “Os arranjos institucionais são fundamentais, pois demonstram a interdependência e a integração setorial ou funcional e federativa necessária na ação pública” (Brasil, 2018, p. 88)

A definição e execução das etapas apresentadas visam ao atingimento de metas. Obviamente, as ações de uma determinada política pública necessitam de acompanhamento por parte dos governos e também da população, visto que os seus rumos precisam, quando necessário, mudar de rota. Para isto, faz-se necessário que toda política pública seja avaliada de forma constante. Neste sentido:

O processo de monitoramento e avaliação de políticas públicas gera a informação necessária para verificar desempenho de políticas, permitindo realizar ajustes ao longo da execução. O controle possibilita que as ações e as diretrizes estabelecidas pelas políticas caminhem de fato de acordo com o esperado, havendo espaços e oportunidades para que os desvios e as inconformidades sejam detectados rapidamente. (Brasil, 2018, p. 163)

O monitoramento possibilita que todos os processos e produtos, bem como impactos dos resultados sejam acompanhados de forma rigorosa e metódica. Esse movimento trata de forma imediata sobre os efeitos da política e se, de fato, estão produzindo os frutos desejados. A avaliação remete a julgamento valorativo e dados da política, contrastando e impactando com os resultados de cada etapa e metas estabelecidas, isto para que decisões sejam tomadas e ajuste de intervenções sejam produzidas. “Trata-se de informação mais aprofundada e detalhada sobre o funcionamento e os efeitos da política. Tanto o monitoramento quanto a avaliação são funções de gestão indispensáveis que ajudam a fortalecer o planejamento dos programas e a melhorar a efetividade das ações. Em apoio ao planejamento da política, a avaliação e o monitoramento são atividades contínuas e integradas, de forma a: i) medir continuadamente; ii) comparar o resultado obtido e o previsto; e iii) tomar decisões sobre medidas corretivas que reduzam falhas e elevem a eficiência” (Brasil, 2018, p. 163)

Recorrendo à Souza (2006, p. 29), ela nos diz que há um ciclo da política pública que a vê como um ciclo deliberativo, formado por vários estágios e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado. O ciclo da política pública é constituído dos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. Assim:

“Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que

busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (Souza, 2006, p. 28).

A política de educação de tempo integral, tema-foco deste trabalho, evidencia que sua criação nasce de necessidades prementes de educação pública que se quer de qualidade e com resultados positivos, principalmente com o intuito de fortalecer atividades que olhem para os estudantes de modo integral, ou seja, em todos os seus aspectos, como o intelectual, social, cultural, emocional, histórico, etc.

Neste sentido, a educação integral em tempo integral, surge como política pública no campo educacional definida pelo Programa Escola em Tempo Integral instituído pela Lei nº 14.640/2023 e regulamentado pelas Portarias nº 1.495/2023 e nº 2.036/2023. Como já vimos nesta pesquisa, o Programa Mais Educação surgiu com o propósito já de ampliação da jornada escolar dos estudantes, passando de um tempo escolar parcial (de 4 horas de trabalho) para um tempo integral (com no mínimo 7 horas de atividades na escola).

Os temas da educação integral e do tempo integral vêm progressivamente ganhando espaço nas políticas educacionais brasileiras. Segundo Moll (2012), essa agenda vem sendo fortalecida desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e ganhou dimensão nacional na década passada, com a criação do Programa Mais Educação (PME)⁶.

Enquanto ação indutora de políticas de ampliação da jornada escolar, esse Programa trouxe aos sistemas estaduais e municipais a necessidade de oferecer tempo integral em suas escolas e o desafio de atender às demandas inerentes a essa oferta. Em um contexto mais recente, o destaque desses temas nas políticas educacionais pode ser observado na sexta Meta do PNE (2014-2024) que estabelece até 2024, a oferta do tempo integral em 50% das escolas públicas (Brasil, 2014).

De acordo com o Guia para a elaboração da política de educação integral em tempo integral “são muitos e significativos os desafios impostos pela ampliação da jornada escolar em tempo integral. Para que a estratégia esteja à serviço da qualidade de processos e resultados e equidade em seu alcance é preciso contar com um planejamento robusto. É preciso elaborar ou atualizar Política específica, a ser construída de forma participativa e com base em dados e características de cada local ou região.

⁶ O Programa Mais Educação foi criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10.

Faz-se também importante que o processo de elaboração da Política de utilize de ferramentas do campo das Políticas públicas e gestão pública, bem como considere concepção e práticas da educação integral como pilares a fundamentarem o processo” (Brasil, 2024, p. 2).

A educação em tempo integral e toda a preocupação do governo em implementar essa política vem de justificativas como melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, diminuição da evasão e abandono escolar, mais tempo de crianças e escolas evitando passar mais tempo nas ruas, melhoria nos processos avaliativos, entre outras. Para tanto, o governo federal conclama que os entes federativos (estados e municípios) elaborem suas políticas de educação em tempo integral por meio de regime de colaboração técnica e financeira, com vistas ao alcance de resultados exitosos.

Diante dessa projeção, destaca-se que União, estados e municípios vêm desenvolvendo ações em prol da oferta do tempo integral na educação básica, seja na forma de políticas mais permanentes ou de programas mais pontuais. Nessa agenda, a educação em tempo integral vem sendo interpretada como uma estratégia em prol da melhoria do ensino público, com o potencial de ampliar experiências e oportunidades educativas.

No entanto, diante da realidade de muitas redes de ensino brasileiras que ainda carecem do básico para oferecer a jornada regular, é inevitável a indagação sobre que tipo de educação em tempo integral vem sendo colocada em prática pelas políticas educacionais e, ainda, se esse tempo a mais está sendo realmente organizado a favor de uma educação de qualidade.

A ampliação de uma rede escolar para tempo integral não é nada fácil, uma vez que demanda mudanças estruturais, administrativas, pedagógicas, financeiras, etc, para que se possa dar o mínimo de qualidade para professores, gestores e estudantes no espaço escolar. Para tanto, há necessidade de um planejamento a médio e longo prazo por parte das redes, de modo que se possa colocar em prática essa política pública ofereça o mínimo de dignidade a todos os envolvidos.

Também é possível observar que diferentes políticas e programas adotam em seus textos proposições para a escola de tempo integral, que associam a ampliação do tempo à ideia de educação integral. No entanto, não é possível afirmar que a simples ampliação do tempo escolar possa garantir a melhoria da aprendizagem exatamente pelo fato de ampliar a jornada escolar “de qualquer jeito” sem a mínima observância aos critérios de qualidade educacional anunciada nos documentos legais brasileiros.

É importante colocar que existem diretrizes para a construção da política de educação em tempo integral. Damos destaque ao que coloca o Guia para a elaboração da política de

educação integral em tempo integral, apontando que, para que sejam alcançados resultados efetivos de melhoria da qualidade e da equidade da educação, tais diretrizes precisam fundamentar o processo de construção das políticas de educação em tempo integral. Vejamos quais diretrizes são estas: 1. Educação integral em tempo integral; 2. Melhoria da infraestrutura; 3. Currículo ampliado e materiais pedagógicos significativos; 4. Valorização e formação dos profissionais da educação; 5. Turno único, direitos de aprendizagens e desenvolvimento integral; 6. Educação pela equidade, antirracista e contra todos os tipos de discriminação; 7. Priorização de estudantes em maior vulnerabilidade socioeconômica; 8. Atendimento a modalidades especiais; 9. Articulação intersetorial; e 10. Participação ativa estudantil e integração com o território (Brasil, 2024, p.5).

Pode-se afirmar que para implementar uma política de educação em tempo integral não é tão fácil e exige planejamento administrativo e financeiro dos governos em todas as esferas, tendo em vista que ao estudante deve ser garantido o mínimo de qualidade possível, com um planejamento pedagógico que assegure, para além do currículo comum, atividades extras e diversificadas que possibilitem os alunos vivenciarem práticas de esporte, cultura, lazer, socialização, saúde, prevenção ao *bullying* e *cyberbullying*, etc.

O desenvolvimento integral dos estudantes, para tal, depende de outros fatores que são importantes, como os sentidos que as políticas atribuem às ideias de tempo integral e de educação integral. Afinal, as práticas consubstanciadas não podem ser separadas de suas orientações políticas, sociais e econômicas.

2.3 O Programa Mais Educação: instrumento indutor de educação em tempo integral

O Programa Mais Educação foi instituído pela Portaria Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2017, no primeiro ano do segundo Governo do Presidente Lula. Na referida portaria, dentre algumas considerações para a implantação do programa, apresenta-se o artigo 34 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que determina “a progressiva ampliação do período de permanência na escola”.

Damos destaque a uma das finalidades do programa citado pela referida portaria: “apoiar a ampliação do tempo e do espaço educativo e a extensão do ambiente escolar nas redes públicas de educação básica de Estados, Distrito Federal e municípios, mediante a realização de atividades no contraturno escolar, articulando ações desenvolvidas pelos Ministérios integrantes do Programa”. (Brasil, 2007. Grifo nosso)

O programa do qual estamos nos referindo nasce com a perspectiva de alavancar a

jornada escolar dos estudantes da educação básica, tanto que o mínimo de horas de atividades era de 15 semanais, sendo 3 horas por dia, que, quando somadas com as 4 horas de aula regular, totalizam 7 horas de atividades, número mínimo para se considerar jornada em tempo integral.

O Mais Educação foi, certamente, uma política pública interessante, com propósito importante e com opções de atividades extras que pudessem despertar os interesses dos estudantes. Além de atividades pedagógicas, tinham também as esportivas, de artes, lazer, culturais, com o intuito de combater evasão, reprovação, distorção idade-série e, sobretudo, para melhoria do rendimento escolar.

Como uma política de apoio às escolas, o programa se configura como uma estratégia de fortalecimento de atividades culturais, ao tempo em que passou a levar para o espaço escolar ações com vistas às transformações da dinâmica da escola, oportunizando que novos atores contribuam para o sucesso dos alunos, extrapolando somente os espaços das disciplinas escolares.

Para Arroyo (2012) os programas de tempo integral, não se propõem apenas a ampliar o tempo, mas a reorganizar com racionalidade os tempos-espacos do viver a infância-adolescência, tornando-os mais próximos de um digno e justo viver, ao menos na totalidade dos tempos-espacos escolares.

Como ação direta do governo federal, por meio do Ministério da Educação, o programa incluiu em sua agenda política ações de implantação do tempo integral com foco especialmente nos alunos de baixo rendimento e em situação de vulnerabilidade social. Para tanto, foram pensadas ações/atividades que possibilitasse a permanência dos alunos no ambiente escolar, inclusive com a oferta de lanche e almoço e, ainda, com o repasse de recursos financeiros para os entes que aderiram ao programa. O mais educação tinha como orientações:

- Contemplar a ampliação do tempo e do espaço educativo de suas redes e escolas, pautada pela noção de formação integral e emancipadora;
- Promover a articulação, em âmbito local, entre as diversas políticas públicas que compõem o Programa e outras que atendam às mesmas finalidades;
- Integrar as atividades ao projeto político-pedagógico das redes de ensino e escolas participantes;
- Promover, em parceria com os Ministérios e Secretarias Federais participantes, a capacitação de gestores locais;
- Contribuir para a formação e o protagonismo de crianças, adolescentes e jovens;
- Fomentar a participação das famílias e comunidades nas atividades desenvolvidas, bem como da sociedade civil, de organizações não governamentais e esfera privada;
- Fomentar a geração de conhecimentos e tecnologias sociais, inclusive por meio de parceria com universidades, centros de estudos e pesquisas, dentre outros;

Desenvolver metodologias de planejamento das ações, que permitam a focalização da ação do Poder Público em territórios mais vulneráveis; e Estimular a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. (PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 17 DE 24 DE ABRIL DE 2007, art. 6º).

De acordo com Camurça (2013, p. 51) “a educação integral, na proposta do MEC, amplia tempos, espaços e conteúdos, aumentando a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas que foram agrupadas em macrocampos como acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educação científica, educomunicação e educação econômica e cidadania”.

A política discutida aqui, além de olhar para o aspecto pedagógico, como estratégia de melhoria do processo de aprendizagem, também apresenta um caráter social importante, tendo em vista seu objetivo de inclusão, principalmente para as famílias com maior vulnerabilidade, marca do governo da época. Além da equidade educacional, a redução de desigualdades e o aumento de oportunidades faziam parte do espectro do programa. Para muitos, inclusive para o governo, quanto mais tempo o aluno tem na escola, em tese, melhor será seu desempenho, esta é uma lógica que se apresenta como justificativa para a ampliação do tempo escolar.

Mas, como toda política pública, o programa não foi só de resultados favoráveis. Por certo, muitas ações não aconteceram conforme se esperava, principalmente quando se trata dos espaços para a realização das atividades tendo em vista que, em termos de estrutura, as escolas deixavam a desejar, inviabilizando algumas ações do programa. Além disso, o desempenho acadêmico dos alunos que participavam do programa também se coloca em questão, visto que os índices não melhoraram na mesma proporção dos investimentos feitos, sendo os monitores, responsáveis pela execução das atividades do programa, foco de crítica, seja por sua rotatividade ou dificuldade com as ações de sua responsabilidade.

De acordo com Cordeiro *et al* (2015, p. 8):

As escolas enfrentam alguns problemas para a implantação e efetivação do Programa Mais Educação. Um dos principais problemas enfrentados está relativo à infraestrutura das instituições. Visto que, as escolas não possuem um espaço físico que acolha os alunos no contraturno de suas aulas, pois, é preciso mais salas e espaços adequados para a realização de oficinas e acomodação dos alunos, como refeitórios, banheiros, áreas de descanso etc.

Segundo Soares, Brandolin e Amaral (2017) há uma rotatividade muito grande de monitores por serem reconhecidos como voluntários, sem vínculo empregatício e com valores remuneratórios muito baixos, Além disso, não há um acompanhamento sistemático por parte

dos gestores das escolas A formação dos monitores e a ausência de um aporte pedagógico mais sólido por parte da escola também se mostraram como desafios para que, de fato, houvesse a melhoria do processo de aprendizagem dos estudantes.

O programa, ao longo de sua existência, passou por modificações e aprimoramentos, como toda política pública, sendo avaliada, precisa mudar de rota. O governo Temer, no entanto, não deu continuidade como política de estado, porém muitos municípios continuaram com as atividades na perspectiva da educação integral e da ampliação da jornada escolar. O fato é que a política em destaque inaugurou uma proposta importante de educação integral em tempo integral, ao passo em que possibilitou que as redes públicas de ensino experimentassem um modelo de educação com mais tempo na escola e com mais oportunidade para todos os seus alunos. É óbvio que é necessário considerar todos os aspectos que permearam o programa de forma negativa, entendendo que, como política pública, é imprescindível que haja avaliação e correção de rumo.

3 A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ: CONDICIONANTES HISTÓRICOS, LIMITES E DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA.

No município de Aquiraz, Estado do Ceará, a educação em tempo integral foi implementada por força da lei municipal nº 1186/2016⁷, que autoriza o Poder Executivo a executar ações de ampliação do tempo escolar nas escolas da rede municipal. Uma lei de 2018, a de nº 1285/2018⁸, alterou os artigos 4º, 7º e 8º da lei nº 1186/2016, autorizando o Poder Executivo a instituir a educação em tempo integral nas escolas da rede municipal, entre outras providências.

O referido município implementou a educação em tempo integral como política pública, na perspectiva de fortalecer a educação integral nos espaços escolares com jornada escolar ampliada. Salienta-se que os municípios cearenses, com a colaboração do governo do estado, vem estendendo progressivamente o número de escolas em tempo integral, recebendo incentivos para o aumentar o número de escolas e estudantes em escolas integrais.

Nos próximos tópicos deste capítulo, trataremos do município no qual se deu esta pesquisa, evidenciando sua história, características geográficas e a educação municipal focando no tempo integral.

3.1 A História de Aquiraz: um breve contexto

Aquiraz é um município do litoral cearense com uma tradição e história por ter se tornado a primeira capital do Ceará, em 1699. Situado à costa leste do litoral, o município guarda suas tradições culturais nas raízes indígenas e africanas. Com uma população de 80.645 habitantes (IBGE, 2022) e distante 32 km de Fortaleza, Aquiraz tem características de uma cidade praiana, com tradição no artesanato feito pelas rendeiras e 46,09 km² de área urbanizada, de uma área total de 480,236 km².

O aniversário da cidade é 13 de fevereiro, data em que marca sua ascensão à vila da capitania, em 1699, por ordem de *El-Rei* de Portugal. “Uma das fortes razões pela qual se criou o primeiro município do Ceará foi a de que, com ela e com suas autoridades constituídas, *El-Rei* mantinha o seu propósito de pôr termo às insolências e aos desmandos que, aqui, eram perpetrados pelos capitães-mores, senhores absolutos” (IBGE, 2009). A história de Aquiraz

⁷ Autoriza o poder executivo a instituir educação em tempo integral nas escolas da rede municipal e dá outras providências.

⁸ Altera os art. 4º, 7º e 8º, da lei 1.186, de 29 de junho de 2016, que dispõe sobre a oferta da educação em tempo integral nas escolas da rede municipal de Aquiraz.

mistura os primeiros habitante destas terras, os índios potyguara e outras tribos pertencentes ao tronco tupi como os *jenipapo-kanyndé*, com os portugueses religiosos e militares que vieram habitar esta região visando à catequização dos índios e à proteção do território contra invasões de outros povos europeus. A localidade de Aquiraz conheceu a presença dos portugueses depois que estes resolveram explorar as terras ao norte da ponta do Iguape, na qual foi construído o Reduto Novo (Prefeitura Municipal de Aquiraz, 2025).

A palavra Aquiraz é originária do tupi e significa “gentio da terra”, sendo seu gentílico “aquirazense”. No campo cultural, o município tem tradições religiosas fortes com destaque para os festejos de São José de Ribamar, em março, festa metropolitana do artesanato, festa de Nossa Senhora dos Navegantes e festival de dança dos coco.

Outro destaque importante do município em questão diz respeito à arquitetura dos edifícios que guardam a história e memória do lugar, dentre os quais podemos evidenciar: a igreja matriz de São José de Ribamar, construída no século XVIII; a antiga Casa de Câmara e Cadeia iniciada no século XVIII e concluída no ano de 1877. local que abriga hoje o Museu Sacro de São José de Ribamar; o Mercado da Carne, hoje Mercado das Artes, século XIX, etc.

Aquiraz possui o segundo maior parque hoteleiro do Ceará, segundo dados da Secretaria Estadual do Turismo. Os principais atrativos naturais são os seus 36 km de praias (Porto das Dunas, Prainha, Praia Bela, Presídio, Iguape, Barro Preto e Batoque). A sede do município é guardiã de um rico patrimônio histórico, colocando o município em lugar de destaque no cenário nacional (Prefeitura Municipal de Aquiraz, 2025).

O município tem um potencial turístico favorável, tendo em vista suas praias, o que fortalece o seu desenvolvimento econômico. Aquiraz tem um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 3.854.310.000,00, sendo suas principais atividades econômicas, além do turismo, a agropecuária, serviços e indústria, segundo o Anuário do Ceará.

No campo educacional, Aquiraz tem 102 escolas de educação básica, com atendimento à educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, totalizando 18.861 matrículas. No próximo tópico daremos destaque à educação do município.

3.2 A Rede pública municipal de educação de Aquiraz – Ceará

A rede educação de Aquiraz, no âmbito municipal, é composta pelas etapas da educação básica, quais sejam: educação infantil e ensino fundamental, sendo o ensino médio, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988, de responsabilidade do estado. Numa perspectiva democrática, a gestão de educação do referido município é feita pelo

executivo municipal, por meio da secretaria de educação, instituições de ensino, conselho municipal de educação, conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e conselho de alimentação escolar (CAE).

De acordo com as Diretrizes Educacionais do município (2024) a educação de Aquiraz tem como missão “garantir o acesso, a permanência com sucesso na aprendizagem e o desenvolvimento da educação integral humanizada, por meio de uma gestão democrática, considerando os aspectos referentes à ciência, cultura e cidadania e como visão “ser reconhecida como uma organização modelo de excelência na área da educação municipal pública, que busca o aprimoramento de suas atividades e tem como foco o desenvolvimento de capacidades, aptidões e valores, que permitam aos cidadãos o aprendizado da autonomia e democracia ativa”. Ainda coloca como valores “agir com compromisso e transparência na gestão pública democrática e uso correto dos recursos, buscar o desenvolvimento integral dos nossos estudantes e sua inclusão social, compromisso com a profissionalização e a valorização dos profissionais da Educação e promover a eficiência na oferta e nos resultados dos serviços educacionais”.

A rede municipal de educação do município em questão é extensa, com um número importante de escolas e alunos, e funciona em regime parcial (com 4 horas de atividades) e em tempo integral (com 10 horas de atividades). No quadro abaixo, demonstramos em um panorama geral, os dados da educação de Aquiraz:

Quadro 1: Dados da educação do município de Aquiraz

Escolas de educação infantil (2024)	34
Escolas de ensino fundamental (2024)	41
Matrículas da educação infantil (2024)	3.933
Matrículas do ensino fundamental (2024)	10.094
Matrículas do ensino médio (2024)	3.045
Matrículas da Educação de Jovens e Adultos (2024)	468
Matrículas da Educação Especial (2024)	1.092
Taxa de abandono - Até o 5º ano ensino fundamental (2024)	0%
Taxa de abandono - Do 6º ao 9º ano ensino fundamental (2024)	0,4%

Taxa de abandono - ensino médio (2024)	3%
Ideb - 5º ano ensino fundamental (2023)	6,2
Ideb - 9º ano ensino fundamental (2023)	5,0
Ideb - ensino médio (2023)	4,6

Fonte: QEdu (2025)

Os números mostrados no quadro refletem uma educação robusta, que exige uma gestão competente, tendo em vista que o município se apresenta entre os quinze maiores do Ceará em quantidade de alunos matriculados. Os indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) mostram que, apesar de ter atingido as metas previstas, há de se percorrer um movimento de qualificação do processo de ensino e aprendizagem com o intuito de melhorar os índices.

O município segue, com base nas diretrizes educacionais (2024), uma proposta de educação progressista, democrática e inclusiva. Também cumpre com sua política tendo como base as leis superiores, em regime de colaboração com o Estado e União. Exemplo disto é o Programa Aprendizagem na Idade Certa (Mais PAIC) idealizado pelo Governo do Estado do Ceará, parceria que fortalece o processo de ensino e aprendizagem da educação infantil e do ensino fundamental.

A rede de Aquiraz vem implementando a educação em tempo integral e tem ampliado progressivamente o número de instituições nesse regime. Atualmente são seis escolas de anos finais que funcionam totalmente em tempo integral e oito instituições de educação infantil com parte das crianças com jornada escolar ampliada. Sobre a educação em tempo integral, o próximo tópico irá explorar o processo de implementação do município em discussão.

3.3 A Implantação da proposta da escola de tempo integral na rede pública municipal

Em Aquiraz, em 2022, foram implantadas as primeiras escolas de tempo integral. Segundo a Resolução 27/2023 – CMEA, de 29/09/2023, do Conselho Municipal de Educação de Aquiraz, mas, antes, como em grande parte dos municípios brasileiros, a proposta de tempo integral das escolas do município de Aquiraz tem seu início na implantação do Programa Mais Educação e, depois, o Novo Mais Educação no período de 2010 a 2016.. Com o fim dessa política, no entanto, o referido município implementou ações de continuidade da jornada ampliada. Feita de forma progressiva e com uma proposta de formação integral, a

ampliação do tempo nas escolas, por meio de uma política pública municipal, cumpre o que está posto em normas superiores como a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), o Estatuto da Criança e do Adolscente (1990) como se vê no Art. 1º do Decreto nº 031/2024⁹, de 06 de maio de 2024. Assim:

Art. 1º- Fica instituída a política de Educação Integral em Tempo Integral da Rede de Ensino Municipal de Aquiraz, já estabelecida, na Constituição Federal, artigos 205,206 e 227; na Lei de Diretrizes e Base da Educação - Lei n'939411996, artigos 34 e 87; no Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 9.089/1990; no Plano Nacional de Educação

- Lei 10.179101; no Plano Municipal de Educação - Lei f.i19/2015; na Lei municipal n'1.186/2016 que institui a Educação em Tempo Integral do Município de Aquiraz; no Programa Escola em Tempo Integral - Lei 14.64012023 e regulamentado pelas Portarias n' 1.49512023 e n' 2.03612023.

O Decreto º 031/2024, ato do poder executivo do município de Aquiraz, corrobora com o Decreto nº 35.430, DE 15 de maio de 2023, que criou o Programa Aprendizagem na Idade Certa, denominado PAIC Integral, que determinou, com aporte financeiro do Governo do Estado do Ceará, a ampliação gradativa das turmas de anos finais, da seguinte forma: a) 60% (sessenta por cento) da matrícula do 8º e 9º ano em tempo integral, em 2024; b) 80% (oitenta por cento) da matrícula do 7º, 8º e 9º ano em tempo integral, em 2025; c) 100% (cem por cento) da matrícula do 6º, 7º, 8º e 9º ano em tempo integral, em 2026.

Com o objetivo de melhorar o processo de ensino e de aprendizagem nos aspectos cognitivo, social, afetivo, socioemocional, etc, a política de educação em tempo integral de Aquiraz tem objetivos dentre os quais podemos dar destaque: “viabilizar a diversificação das experiências escolares; reconhecer e garantir o direito de todos e todas de aprender e acessar oportunidades educativas diversificadas; proporcionar a todos os alunos o acesso à ciência, à tecnologia, ao esporte, à arte e à cultura como potencializadores da construção de saberes e conhecimento; melhorar os índices nas avaliações internas e externas, SAEB e SPAECE” (Aquiraz, 2024).

O tempo integral é uma política também de cunho social, tendo em vista que possibilita que o aluno passe o dia inteiro na escola, ficando longe das ruas, que se alimente no ambiente escolar, visto que muitos vivem em situação de insegurança alimentar, mas, também, potencializa o viés educacional quando objetiva melhorar os índices educacionais. Faz-se sempre uma relação entre qualidade educacional com o tempo em que os alunos ficam na escola, explicitando que, o tempo maior fará com que os discentes aprendam mais. Como se

⁹ Decreta e institui a política de educação integral em tempo integral da rede de ensino municipal de Aquiraz e da outras providencias.

sabe, isto não é uma regra, visto que há escolas em tempo integral com índices menores que as de tempo parcial.

A proposta de Aquiraz é muito clara: as escolas com jornada ampliada tem metas estabelecidas pelo governo municipal, especialmente em avaliações em larga escala, o que também pode ser um meio de verificar a política de educação em tempo integral no que diz respeito aos seus objetivos e metas, até para não correr o risco de virar mero assistencialismo.

É importante salientar que no município não é diferente dos outros quando se trata de implantação de uma escola em tempo integral no que diz respeito aos desafios postos para gestores, professores, secretaria de educação e para os próprios estudantes. Problemas como falta de estrutura da escola, ausência de atividades envolvendo outros campos como cultura, esporte e lazer, recursos financeiros para o gerenciamento da instituição entre outros evidenciam que o processo de ampliação do número de escolas em regime integral precisa ser planejado e executado com responsabilidade.

Abaixo, trazemos informações atuais de como se encontra a educação em tempo integral no município de Aquiraz:

Quadro 2 - Informações sobre o tempo integral em Aquiraz no letivo de 2025

Tempo Integral	Quantidades
Escolas de educação infantil (0 a 5 anos)	8
Matrículas de educação infantil	385
escolas de ensino fundamental (1º ao 9º ano)	6
Matrículas do ensino fundamental	1.418

Fonte: Secretaria de Educação de Aquiraz

Percebe-se que o número de estudantes matriculados em escolas de tempo integral representa somente 12% do total de alunos do município na educação infantil e ensino fundamental. Se comparado com quantidade de alunos do Programa Mais Educação, no período de 2016 a 2018, último ano dessa política, temos o seguinte:

Quadro 3: Matrículas dos alunos no Programa Mais educação de 2016 a 2018 na rede municipal de Aquiraz

Ano	Quantidade de alunos
2016	4.543
2017	4.878
2018	5.217

Fonte: FREIRES (2025)

O quantitativo de alunos em 2025 é inferior ao do programa no seu período de execução. Isto se deve, provavelmente, ao aporte financeiro que o programa subsidiava os municípios, inclusive com pagamento dos monitores das atividades do programa.

Outra questão importante de se colocar é que esse número baixo de alunos em tempo integral representa a responsabilidade do governo municipal em ampliar o número de escolas e matrículas somente quando a estrutura das instituições permitem acolher discentes e docentes com o mínimo de qualidade, visto que o cenário no Brasil é o de aumento de escolas com jornada ampliada nos municípios, embora não se tenha estrutura adequada, com o intuito de crescer as matrículas e, consequentemente, o financiamento educacional dos mesmos.

No capítulo seguinte, debateremos o *lócus* de nossa pesquisa, no caso, a Escola de Tempo Integral João Pires Cardoso, localizada no município de Aquiraz - Ceará.

4 A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL JOÃO PIRES CARDOSO

A Escola de Tempo Integral representa um avanço em direção à concretização de uma escola inclusiva e com equidade em busca de uma qualidade, ao tempo em que amplia as oportunidades para todos estudantes. O objetivo maior é ampliar o tempo físico com as ações educacionais. Tempo este que irá proporcionar ao aluno possibilidades de enriquecimento de seu universo de competências, habilidades e atitudes ao aprofundar conhecimentos, vivenciar novas experiências, esclarecer dúvidas, desenvolver atividades artísticas, esportivas, culturais, etc.

É nesta perspectiva que a Escola de Tempo Integral João Pires Cardoso foi criada. Fundada em 1953, foi somente em 2022 que a instituição passou a oferecer educação em tempo integral, com funcionamento de 7h às 17h.

Situada no distrito de Camará, em Aquiraz/Ceará, a escola pertence à rede pública municipal e recebe investimentos do governo municipal, além dos recursos legais que recebe do governo federal, por meio de programas de transferência financeira direto para o conselho escolar da instituição.

A Escola João Pires Cardoso recebeu o nome do doador do terreno onde atualmente toda a sua estrutura está localizada. O Senhor João Pires Cardoso nasceu em Aquiraz, no dia 25 de junho de 1910 e morreu em 18 de agosto de 1980, com 70 anos de idade. Trabalhava como agricultor, porém por seu trabalho comunitário conseguiu se eleger vereador no município de Aquiraz.

O Senhor João Pires Cardoso viveu intensamente cada dia de sua vida, com sua maneira simples de viver e conviver, adquiriu respeito e admiração de seus familiares e amigos, e hoje é lembrado por seus filhos como um pai atencioso, carinhoso e presente na vida deles. Ele não era formado, porém resolveu, por acreditar na educação como meio de transformar a sociedade, doar o terreno onde hoje se localiza a escola estudada.

As características da população que é atendida pela instituição são de crianças e adolescentes de 11 a 14 anos, filhos de pais operários de fábricas e de famílias que sobrevivem de transferências de renda dos governos estadual e federal. Há uma diversidade cultural e social importante na escola, já que os estudantes residentes em comunidades diversificadas e com uma realidade social bem complexa.

Tais alunos têm a escola como único espaço de interação social. Daí a importância dos adolescentes desta instituição serem inseridos no tempo integral. A escola de tempo integral é um espaço de desenvolvimento pessoal e

de formação humana, onde possibilita o crescimento do aluno e o desenvolvimento de suas habilidades e descobertas, proporcionando adquirir novos conhecimentos e ocupando-se com as atividades onde o mesmo não seja refém da ociosidade. (Projeto Político Pedagógico da ETI João Pires Cardoso, 2024).

A escola atende do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e, de acordo a própria instituição, os espaços físicos são inadequados para o bom andamento das atividades, porém “à escola tem condições físicas para exercer seu papel, apesar de algumas inadequações que merecem olhar focado para melhoria, visto que somos uma escola de tempo integral e novas adaptações precisam ser realizadas, para isso, precisamos de todo o apoio necessário, porque somente os recursos da escola não são suficientes” (Projeto Político Pedagógico da ETI João Pires Cardoso, 2024).

A referida escola é reconhecida, autorizada e credenciada pelo Conselho Municipal de Educação de Aquiraz, por meio do Parecer 15/2024, com funcionamento do tempo integral aprovado a fim de que a ETI possa receber os alunos do 6º ao 9º ano em um regime que totaliza 48 horas semanais. “Com a implantação da ETI (Escola em Tempo Integral) o Fundamental II, passará a funcionar com o horário de 7:00 as 17:00(Segunda, Quarta e Sexta) e de 7:00 as 16:00(Terça e quinta),incluídos os horários de repouso e refeições, distribuídas de maneira a atender os adolescentes do Ensino Fundamental II por meio do desenvolvimento do seu projeto escolar” (Projeto Político Pedagógico da ETI João Pires Cardoso, 2024).

De acordo com o PPP (2024) da escola a proposta pedagógica foi estruturada a partir de três dimensões consideradas fundantes:

- I. - Escola como comunidade de aprendizagem;
- II. - Aprendizagem cooperativa como método pedagógico estruturante;
- III. - Protagonismo estudantil como fator determinante para o desenvolvimento da autonomia.

No que diz respeito ao funcionamento das escolas que ofertam o Tempo Integral no Município de Aquiraz, o horário de permanência deve ser coerente com o regime da instituição, devendo a família, no ato da matrícula, ser comunicada sobre o horário de funcionamento da turma para adesão da matrícula conforme critérios de ingresso e etapas ofertadas.

No quadro abaixo, demonstramos como tem se comportado a matrícula dos alunos da ETI João Pires Cardoso no período de 2021 a 2025.

Quadro 4: Matrícula da ETI João Pires Cardoso no período de 2021 a 2025.

Ano	Matrícula
2021	485
2022	480
2023	429
2024	402
2025	359

Fonte: ETI João Pires Cardoso

Percebe-se que a matrícula, no período de 2021 a 2025, vem em uma decrescente e isto pode ocorrer por vários fatores, tais como desinteresse das famílias/alunos pelo tempo integral; diminuição de escolas que mandam alunos para a ETI João Pires, falta de atividades atrativas, ausência de investimentos que melhorem a oferta do ensino em tempo integral, resultados educacionais sem êxito, etc. É importante frisar que, em 2021, a escola tinha atividade em regime regular e somente em 2022 é que passa a funcionar em tempo integral. Obviamente, tudo isto é hipótese. Faz-se necessário um trabalho de pesquisa mais aprofundado a fim de se chegar às conclusões que revelem os motivos pelos quais a matrícula vem diminuindo ano a ano. De fato, o quadro chama a atenção por ser uma escola em tempo integral, que, geralmente, a procura é maior do que as regulares.

A ETI João Pires Cardoso, no contexto de educação em tempo integral, apresenta rotina composta, de acordo com o seu Projeto Político Pedagógico (2024), por:

- IV. Acolhimento;
- V. Horário de aula;
- VI. Reunião de fluxo e alinhamento(professores);
- VII. Refeições (lanche, almoço, lanche);
- VIII. Protagonista do almoço;
- IX. Instrumentos operacionais da escola.

Tal Rotina, somadas às atividades extra curriculares, cumprem com as ações propostas pelo projeto pedagógico da instituição no contexto da educação integral em tempo integral.

A carga horária anual atende ao que preconiza a Lei N° 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional. No caso da

escola pesquisada, a carga horária é de 2000 horas, já que os alunos passam dez horas na escola.

Para atender aos alunos e realizar sua missão, a escola dispõe de uma equipe de trabalho formada por professores, núcleo gestor, funcionários não docentes, voluntários que participam de programas desenvolvidos por incentivo do governo municipal, organismos colegiados e toda comunidade escolar.

Além desses, fazem parte desse ambiente educacional os organismos colegiados: conselho de classe, conselho escolar, grêmio estudantil, unidade executora, em que os membros são escolhidos por seus pares, com mandato de dois. A comunidade escolar é fundamental para garantir que a escola funcione de maneira eficaz e ofereça aos estudantes um ambiente seguro e acolhedor. A colaboração e a participação de cada agente contribuem para melhorias na qualidade da educação e na vivência educacional dos estudantes.

Pode-se dizer que essa é a equipe que dá vida à escola, buscando cotidianamente o sucesso escolar e tendo na construção da aprendizagem dos jovens e adolescentes o seu maior desafio. A condução do trabalho se dá pela ação gerencial que se propõe democrática e participativa e nesse sentido mobiliza toda a comunidade escolar, representada nos organismos colegiados para assumir responsabilidades com a tomada de decisões administrativas e pedagógicas.

A equipe participa dos planejamentos, da elaboração de documentos como o Plano de metas, Regimento Escolar, Projeto Político Pedagógico e outras iniciativas da escola. Mesmo tendo conquistado espaços de participação, há ainda um percurso a percorrer para que a gestão possa se tornar mais democrática e para tanto há de mobilizar os organismos colegiados - Conselho Escolar, Conselho de Classe, Grêmio Estudantil e Unidade Executora para assumirem seus papéis com responsabilidade e autonomia.

Ressalta-se que esta mesma equipe é também a que vivencia os desafios que uma escola em tempo integral tem. Decerto, não é fácil conduzir uma escola onde os alunos passam dez horas nela. Não é fácil também porque há problemas estruturais, operacionais e financeiros que uma escola que adota o regime de jornada ampliada precisa enfrentar no seu cotidiano, embora se tenha avançado substancialmente. Importante trazermos esses desafios porque nas narrativas políticas parece que está tudo muito bem e funcionando a contento. Mas não é bem assim. Há muitos desafios a serem superados para que, de fato, a escola em tempo integral viabilize, na prática, a educação integral que olhe para os estudantes de forma plena.

4.1 O Estudo de campo na ETI JOÃO PIRES CARDOSO

Este estudo foi realizado na ETI João Pires Cardoso, no município de Aquiraz-Ceará e tem como foco na implantação da escola em tempo integral como política pública de impacto na aprendizagem dos estudantes, discutindo os índices da escola, bem como suas atividades, conforme proposta pedagógica, para efetivação da educação em tempo integral.

Importa dizer que foram realizadas três visitas *in loco*, diálogos com os gestores da escola em questão por meio de uma entrevista e análise documental, como o projeto político pedagógico da instituição e relatórios das avaliações internas e externas, utilizando-se de aspectos qualitativos e quantitativos.

É relevante refletir sobre o papel da escola em tempo integral e para quê a implantação de escolas com jornada ampliada. Como política pública, é extremamente importante que se discuta se, de fato, essa política tem alcançado resultados esperados e mudado realidades. Para Freire, Fernandes e Lima (2022) “as perspectivas de mudanças de uma determinada realidade social pressupõem a aplicabilidade de políticas públicas por meio da implantação de programas com objetivos claros e com propostas de intervenções que visem a um resultado desejado.”

Como já foi dito, este estudo tem como centro a discussão a escola em tempo integral. Refletindo-se sobre o papel dessa escola, entende-se que a proposta de tempo integral tem vieses social, assistencialista e educacional. É social porque se concretiza em um espaço, com objetivos próprios que almejam uma transformação social, a partir de uma formação crítica que possa combater as injustiças sociais, tendo em vista seu poder de diálogo e organicidade.

Há uma reflexão crítica feita por Althusser (1996) que denominam a escola como “Aparelho Ideológico do Estado”, que se configura como uma instituição que serve aos interesses da classe dominante e que “controla, aliena e instrumentaliza intelectual e ideologicamente o aluno para que sua futura atuação em sociedade interesse mais aos poderosos do que para transformá-la. "Nenhum outro Aparelho Ideológico de Estado tem a audiência obrigatória (e gratuita) da totalidade das crianças na formação social capitalista, oito horas por dia, durante cinco ou seis dias por semana” (Althusser, 1996, p. 122).

A perspectiva assistencialista se assenta no discurso de que a escola em tempo integral visa tirar crianças e jovens das ruas, alimentá-los, uma vez que há muitas famílias que vivem em situação de vulnerabilidade e que passar o dia todo no ambiente escolar é uma forma de minimizar esse problema, assim como a jornada ampliada possibilita que pais e mães dos alunos trabalhem, uma vez que têm onde deixar seus filho durante suas atividades laborais.

Essa ideia assistencial da política de educação em tempo integral está clara em uma das estratégias da Meta 6 do Plano Nacional de Educação (2014 a 2025): “Instituir em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado ao atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social” (BrasiL, 2014).

Ampliar o tempo na escola significa não somente incluir aspectos filantrópicos, mas oferecer educação de qualidade e igualdade de oportunidades especialmente para os que mais precisam. Para além do tempo, a escola integral deve oferecer aquilo que os estudantes não têm condições de acessar, como cultura, arte, lazer, esporte, etc. Aqui, rememoramos a canção dos Titãs, de 1984: “A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte, a gente não quer só comida, a gente quer saída para qualquer parte”.

No âmbito educacional, a escola tem funções muito importantes para a formação pessoal e social e para a transformação dos indivíduos e da sociedade. Repleto de intencionalidades, o fazer pedagógico é o “carro-chefe” do trabalho de todos os atores que compõem a instituição de ensino e a definição democrática da abordagem utilizada tem papel imprescindível para uma escola que se quer emancipatória ou que corrobore com o fortalecimento do sistema excluente e segregador que é o capitalismo.

De acordo com Santos, Lima e Vale (2020, p. 3):

Ao se firmar como espaço institucional onde se formam valores para a convivência democrática a partir dos Direitos Humanos, o ambiente escolar se torna referência de lugar que educa e não somente instrui. E o faz potencializando culturas, recriando e reposicionando saberes, encorajando posições políticas plurais, efetivando direitos, respeitando o estranho, ampliando cidadania e valorizando cada um e cada uma a partir de seus interesses, desejos e necessidades. A finalidade é a formação de mulheres e homens capazes de se perceberem como sujeitos que merecem ser tratados com dignidade e que, por isso, possuem o direito de serem formados para participarem ativamente e com plenitude dos rumos trilhados pela sociedade, em uma perspectiva democrática e democratizante.

A escola de tempo integral, portanto, precisa ter muito bem definida sua proposta pedagógica, numa perspectiva de trabalho com a educação integral, ou seja, que visa o desenvolvimento do indivíduo de forma plena. Importa dizer o tempo a mais que o estudante passa no ambiente escolar não deve visar a preparação para os testes avaliativos em larga escala, como se vê em várias redes de ensino, quando priorizam a permanência dos alunos do 2º, 5º e 9º ano do ensino fundamental para passarem o dia todo na escola, por uma razão específica: essas turmas são anualmente avaliadas pelos sistemas de avaliação estadual e/ou federal. Essa prática recorrente se aproxima mais de educação acrítica, mecanicista e técnica, que valoriza

mais o desempenho em avaliações externas do que as aprendizagens dos alunos. Obter boas notas em tais testes não significa, necessariamente, que os alunos, de fato, aprenderam.

Para Santos, Lima e Vale (2020, p. 8) “ao assumir políticas educacionais que atuam dentro da lógica do mercado (que estimulam a busca por resultados, competitividade e ganho) e estímulo à realização de desejos de forma imediatista e a qualquer custo, se coloca em risco a dignidade e os valores humanos priorizando a sobrevivência e o trabalho para além da realização pessoal, a contribuição social e a dignidade.”

É no projeto político pedagógico da unidade de ensino que, de maneira democrática, definir-se-á se a abordagem visa a formação crítica dos estudantes ou se permanece inerte frente aos problemas sócio-econômicos fortalecendo o capital e as desigualdades. No projeto político pedagógico da ETI João Pires Cardoso encontramos o seguinte:

A Escola Municipal de Ensino Fundamental de João Pires Cardoso tem como Referencial Teórico-Metodológico as abordagens sociointeracionista e construtivista, adotadas na Proposta Curricular do Município de Aquiraz, “em que aluno e professor constroem juntos o conhecimento, interagindo com o meio, contribuindo para a construção dos saberes e práticas vivenciadas de caráter cognitivo, afetivo e psicomotor.” (Projeto Político Pedagógico da ETI João Pires Cardoso, 2024).

Neste sentido, a escola em questão reconhece que é formada por sujeitos pensantes e capazes de mudar sua história. Na perspectiva de uma educação integradora, a gestão escolar tem a função de integrar os setores da escola e comunidade escolar como um todo, sendo o gestor escolar o articulador das relações entre as vertentes pedagógica, administrativa, financeira e comunidade escolar (Projeto Político Pedagógico da ETI João Pires Cardoso, 2024).

Esta instituição de ensino apresenta bastante diversidade cultural e social, pois nossa clientela é composta de educandos que vêm de municípios, estados vizinhos e de comunidades adjacentes que na maioria das vezes apresentam níveis acadêmicos diferentes.

Ressalta-se que a escola atende alunos do 6º ao 9º ano, e que muitas vezes chegam, com base no relatório de avaliações da instituição, com defasagem na leitura, na escrita e em matemática, além da distorção idade-série que interfere no processo de ensino e aprendizagem assim como em nossos indicadores. Para superar esses desafios, a escola conta com uma equipe, que colaborou com a construção do plano de ação com base na seguinte visão estratégica:

A missão é garantir aos nossos alunos, uma educação de qualidade, por meio de aulas dinâmicas e inovadora, visando à formação integral do educando, institucionalizando a escola em tempo integral, garantindo o desenvolvimento

dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural, primando pelo respeito, ética, responsabilidade, transparência, justiça e compromisso de toda equipe escolar. A visão de futuro é ser uma instituição reconhecida no município pela qualidade do ensino e pelo desenvolvimento de ações inovadoras junto à comunidade. Onde os valores são o respeito: respeitar o próximo, reconhecendo-o como igual, independente de etnia, opção política e religiosa, condição sexual, social e financeira, a transparência: ser claro e objetivo nas práticas administrativas, financeiras e pedagógicas., com a compreensão de que esta é uma escola pública. O compromisso é cumprir com responsabilidade as atividades inerentes à função exercida na instituição, tendo como finalidade a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela escola, A ética é a parte da filosofia que discute os sistemas pessoais e culturais de valores. Ela se preocupa em encontrar um fim legítimo para as motivações e atitudes humanas, procurando discernir noções de certo e errado, bom e mau. (Projeto Político Pedagógico da ETI João Pires Cardoso, 2024)

A escola é o lugar onde os nossos estudantes passam a maior parte do seu tempo e devem ser atrativas para que os alunos se sintam bem, confiantes, seguros e com vontade de ali permanecer aprendendo. Uma escola bonita e colorida traz alegria aos adolescentes, pais, responsáveis e aos professores deixando todos mais felizes.

Assim, a escola se utiliza, em seu Projeto Político Pedagógico, de aspectos que corroboram com o pensamento de uma educação emancipatória, que valorize as relações étnico- raciais, que priorize a inclusão em todos os aspectos, que tenha reconhecimento das diversidades, tudo voltado para uma proposta de educação integradora.

4.2 A gestão escolar na escola de tempo integral

Se em uma escola de regime parcial a gestão democrática e participativa se fazem extremamente necessárias, quando estamos tratando de escola em tempo integral essa necessidade é ainda mais premente. Isto porque numa escola que funciona dez horas por dia, como é o caso da pesquisada, os desafios são muito mais intensos, logo, dividir responsabilidades e chamar à equipe para a tomada de decisão pode torrar o caminho mais curto e as dificuldades mais fáceis de serem solucionadas.

De acordo com Souza (2009, p. 4) “a gestão escolar é compreendida como um processo político no qual as pessoas que atuam na escola identificam problemas, discutem, planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas.”

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 9394/96), há dois princípios que os estados e municípios devem considerar para definir suas formas de gestão democrática, quais sejam: I - participação dos profissionais da educação na elaboração

do projeto pedagógico da escola; e II – participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares e em Fóruns dos Conselhos Escolares ou equivalentes.

Neste sentido, fazer gestão na perspectiva democrática significa garantir a participação de todos os profissionais da escola nas discussões em torno do projeto político pedagógico da instituição e incentivar a participação nos organismos colegiados de que ela dispõe. A participação coletiva pressupõe uma gestão descentralizada e que toma decisões, em conjunto, sobre a escola. Gerir democraticamente, como se sabe, não é fácil e precisa de avanço. Com a escola não é diferente, tendo em vista que ainda se toma muitas decisões de forma arbitrária e vertical. As diretrizes educacionais (2024) do município de Aquiraz reconhecem que é necessário avançar neste aspecto:

Em Aquiraz o Sistema Municipal de Ensino está organizado e seus institutos (escolas, Secretaria de Educação, Conselho de Educação, Plano Municipal de Educação) em pleno funcionamento, mas há ainda o que avançar para a efetivação de uma gestão escolar democrática e participativa e essa é uma caminhada a ser feita por cada escola. Ao mesmo tempo, é preciso avançar no controle social da educação a ser exercido pelos conselhos constituídos (da alimentação escolar, do FUNDEB, dos Direitos da Criança e do Adolescente, Constituição, etc.), e é preciso compreender que uma escola pública é um bem de todos, a serviço de todos, financiada por todos, logo de responsabilidade de todos. (grifo nosso).

Outro elemento de destaque na gestão escolar é o diálogo. Entende-se que sem uma relação dialógica entre todos e todas, as decisões começam a ser tomadas verticalmente e isto acaba desagregando e desintegrando os processos democráticos. Souza (2009. p. 6) vai dizer que a gestão escolar “tem que ser sustentada no diálogo, na alteridade e no reconhecimento às especificidades técnicas das diversas funções presentes na escola, tendo como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito às normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola.

Acrescenta-se neste debate a importância da comunidade escolar e local no fortalecimento de uma gestão escolar que se pretende democrática e participativa. Ela qualifica o fazer educacional quando chamadas a contribuírem com os processos decisórios da escola, tornando- se partícipes da construção da instituição. Para Souza (2009, p. 8) a comunidade escolar tem um papel fundamental na construção da gestão de qualidade da escola, pois a família dos alunos e os profissionais da escola, devem sentir que podem contribuir muito com as decisões que interferem nas mudanças e permanências das atividades que interferem no funcionamento da escola.

A educação escolar brasileira passou por um longo período de reformulação das

políticas, desde a Constituição Federal de 1988, passando pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº 9394/96, até o Plano Nacional de Educação (PNE), que defende uma educação de qualidade conduzida por uma gestão escolar democrática. A criação de núcleos gestores nas escolas também representou avanço, visto que por muito tempo, as escolas tinham somente um diretor que administrava toda a escola em todos os aspectos da gestão escolar.

A gestão da escola onde se realizou este estudo é composta de três membros, sendo uma diretora, uma coordenadora pedagógica e uma secretária escolar. Este grupo administra a escola nos campos pedagógico, financeiro, de pessoal, etc.

Como parte integrante desse processo democrático, a ETI João Pires Cardoso conta com o Conselho Escolar, que é um organismo de caráter deliberativo, consultivo e fiscal e que mobiliza a participação dos vários segmentos da comunidade escolar para a discussão das questões pedagógicas, administrativas e financeiras. Nesse contexto existe grande dificuldade em conseguir a participação dos pais para assumirem as funções de conselheiros, já que na sua grande maioria, não se interessam pela função. Portanto se faz necessário encontrar estratégias para conseguir participação efetiva dos pais nessa função, devido às dificuldades de adesão, e consequentemente para a realização das reuniões que são fundamentais para a tomada de decisões e para dar transparência aos atos da gestão.

Para fazer uma gestão democrática como preconiza a LDB 9394/96, a ETI João Pires Cardoso constituiu seu Conselho Escolar com 10 (dez) membros assim distribuídos: 02 (dois) são representantes dos pais, 02 (dois) dos professores, 02 dos servidores, 02 (dois) alunos, a diretora, que é membro nato, e a coordenadora, que é suplente da diretoria. Entre os 10 integrantes, 05 são titulares e 05 suplentes.

O conselho escolar é um organismo que, sem dúvida, contribui bastante com a gestão da escola, especialmente na tomada de decisão, pois está sempre presente nos momentos em que se é preciso deliberar sobre algo que requer que todos sejam ouvidos. Quando se trata de gestão de uma escola em tempo integral, que naturalmente apresenta demandas numerosas, a presença do conselho, assim como do grêmio estudantil e de toda a equipe é fundamental para manter coerência e compromisso com as decisões.

Enfatiza-se nesta discussão que gerir uma escola em tempo integral é mais desafiador e requer dos gestores características que lhes façam democrático, que gostem do diálogo, que incentivem a participação, que compreendam a gestão em todas as suas dimensões, que disponham de tempo, etc. Sobre isto, Ganzeli, Machado e Nogueira (2021, p. 5) trazem algo interessante:

A transformação de uma unidade escolar que funcionava em tempo parcial para uma escola de educação integral compreende um desafio para os gestores educacionais dos órgãos centrais, assim como da unidade escolar envolvida, sendo considerado um processo que abrange a confluência, e não raro, o conflito, entre interesses e especificidades organizacionais que requerem estudos sobre o seu significado para o projeto político-pedagógico (PPP) instituído e instituinte na escola.

Há desafios muito presentes no cotidiano organizacional de uma escola com jornada ampliada, por isso os gestores são desafiados a fazerem uma escola de qualidade driblando dificuldades que vão desde os espaços da instituição, o tempo escolar e questões financeiras. Daí ser imprescindível planejar e executar o que está nos documentos de gestão da escola, como o Projeto Político Pedagógico, o Regimento escolar, relatórios, etc. “Internamente, a escola dispõe de instrumentos de gestão e deles fará uso para melhorar seus indicadores: o PPP, a Proposta Pedagógica, os resultados das avaliações e o Regimento Escolar” (Projeto Político Pedagógico da ETI João Pires Cardoso, 2024).

Ganzeli, Machado e Nogueira (2021, p. 12) trazem alguns desafios presentes na gestão de uma escola em tempo integral:

A complexidade do cotidiano escolar apresenta inúmeros desafios para gestores, funcionários e docentes. Nos limites deste artigo, destacamos dois desafios que se mostraram relevantes no processo de transformação da escola de tempo parcial em uma escola de educação integral: adequação dos espaços/tempos escolares. A inadequação do espaço físico e as dificuldades com a organização do trabalho docente, influenciavam negativamente a percepção sobre a escola de educação integral. Sobre o tempo escolar a composição da nova matriz curricular para o período estendido há múltiplos aspectos envolvidos na transformação da organização disciplinar em dois turnos de 4 horas diárias (manhã e tarde) e 30 horas/aulas semanais, para uma estrutura curricular que deveria atender a jornada única de 7 horas diárias e 45 horas semanais.

A realidade destacada pelos autores se conecta com a realidade da ETI João Pires Cardoso, uma vez que essas dificuldades também foram sentidas pela gestão da escola citada. Sem dúvidas, os espaços escolares e o temp’o de atividades são dois grande impasses para efetivação de uma educação integral de qualidade, tendo em vista que os estudantes precisam estar, pelo menos, oito horas diárias dentro de uma sala de aula com ações que se voltam quase que exclusivamente ao aspecto pedagógico, sem espaço e tempo adequado para atividades culturais, esportivas de lazer, etc. E isto não é um desafio somente para os gestores, mas, sobretudo, para os discentes, docentes e os demais profissionais. Nestes termos, Ganzeli, Machado e Nogueira (2021, p. 15) colocam que “a construção da educação integral impõe desafios nas dimensões política, pedagógica e administrativa, as quais compreendem a

organização da escola pública. Diante desses desafios, o princípio constitucional da gestão democrática tornou-se uma referência importante no processo de negociação e proposição de ações qualificadas e relevantes”.

O fato é que a gestão escolar de uma escola em tempo integral pressupõe o enfrentamento de muitos desafios. Com acertos e erros, a instituição deve priorizar o planejamento coletivo, o compartilhamento de ações e descentralização de decisões a fim de que a gestão democrática seja alicerce de organização dos trabalhos da escola, tendo como base a construção de um projeto pedagógico que, pensado e debatido coletivamente, traga concepções comuns sobre educação integral e sua gestão e que tais concepções tenham respaldo das ideias plurais dos diversos segmentos que compõem a comunidade escolar.

4.3 Projeto de vida dos alunos da ETI JOÃO PIRES CARDOSO: refletindo a parceria com as famílias

Em 2022, com a implantação para ETI (Escola em Tempo Integral) o seu horário de funcionamento passou a ser de 7:00 as 17:00 (Segunda, Quarta e Sexta) e de 7:00 as 16:00 (Terça e quinta), incluídos os horários de repouso e refeições, distribuídas de maneira a atender os adolescentes do Ensino Fundamental anos finais, por meio do desenvolvimento do seu projeto escolar.

Para tanto, as famílias, no ato da matrícula, são comunicadas sobre o horário de funcionamento da turma para adesão da matrícula conforme os critérios de ingresso e etapas ofertadas. É necessário que pais ou responsáveis assinem um termo se comprometendo que os filhos fiquem o dia todo na instituição.

Essas famílias, que em sua maioria, residem no entorno da escola, mas, também, há alunos de outras comunidades, são compostas por pessoas simples, trabalhadores das indústrias e beneficiários de programas de transferência de renda, características que tornam a escola em tempo integral mais atrativas para elas, o que dá um caráter mais assistencialista à política de educação integral.

No Projeto Político Pedagógico (2024) da ETI João Pires Cardoso, encontramos um trecho que corrobora com o que se afirmou anteriormente. “A iniciativa de implantação de uma escola em tempo integral vai proporcionar às famílias mais tranquilidade para trabalhar deixando seu filho em um Instituição qualificada, contando com a dedicação da direção e de toda sua equipe”. E também está dito do mesmo projeto: “A escola de tempo integral é um espaço de desenvolvimento pessoal e de formação humana, onde possibilita o crescimento do

aluno e o desenvolvimento de suas habilidades e descobertas, proporcionando adquirir novos conhecimentos e ocupando-se com as atividades onde o mesmo não seja refém da ociosidade”.

Cumpre dizer que, a escola com jornada ampliada faz o papel de ocupar os jovens para que não caiam no ócio, o que também conquista a simpatia das famílias, levando-as, de um modo geral, a procurarem matricular seus filhos em instituições com esse regime.

Para qualquer instituição de ensino a participação das famílias se faz importante e imprescindível, Sabe-se, no entanto, que não é tão fácil conseguir que os pais acompanhem seus filhos por diversas questões: é algo cultural, falta de tempo, não fazem porque não estudaram ou mesmo por desinteresse. Parece que tem sido cada vez mais desafiador melhorar a relação escola e família, principalmente no mundo moderno, em que o tempo parece estar mais escasso e as tecnologias têm consumido boa parte dele. Neste sentido é que a escola ETI João Pires Cardoso , em aproveitamento ao tempo de que ela dispõe, pensa no projeto de vida dos jovens com visão para o futuro deles. É parte integrante do currículo da escola, na parte diversificada, e tem buscado envolver as famílias, uma vez que elas são a grande responsável por acompanharem o processo de crescimento de seus filhos. “Temos o desafio de fortalecer a confiança das famílias no ambiente escolar para que possamos atingir o sucesso na aprendizagem dos nossos educandos. É um trabalho que requer muito compromisso, e não se trata só da escola, é preciso que todos se deem as mãos para juntos enfrentarmos os obstáculos” (Projeto Político Pedagógico da ETI João Pires Cardoso, 2024).

Para tanto, a escola conta com o Programa Educação e Família, por meio do PDDE Interativo, que é uma ferramenta de apoio à gestão escolar desenvolvida pelo Ministério da Educação.O referido programa é parte da proposta pedagógica da escola e “tem como finalidade, no âmbito das escolas públicas de educação básica, fomentar e qualificar a participação da família na vida escolar do estudante e na construção do seu projeto de vida, com foco no processo de reflexão sobre o que cada estudante quer ser no futuro e no planejamento de ações para construir esse futuro” (Brasil, 2025).

Tudo se inicia com a acolhida na escola, que consiste na relação estabelecida entre a equipe escolar e os alunos, entre os próprios alunos e com as famílias. É um momento de compartilhar informações, emoções e conhecimento. Também é um momento de união, unidade, partilhar e compartilhar com o próximo sentimentos de fé e esperança.

A Base Diversificada dos currículos é uma política que se insere na base nacional comum, sendo também normativa no sentido de garantir que as instituições escolares implementem suas próprias propostas curriculares tomando a cultura como elemento central, no caso da ETI João Pires Cardoso, o projeto de vida é colocado em prática no currículo da

parte diversificada.

O Projeto de Vida é uma estratégia pedagógica para estimular o estudante a refletir sobre o significado da vida, ampliando sua compreensão sobre o valor das relações humanas e estimulando a construção de uma visão otimista sobre o futuro. Configura-se, ainda, como um meio de motivar os estudantes a fazerem bom uso de oportunidades educativas, além de pensar nas tendências e exigências da vida acadêmica e do mercado de trabalho. A escola deve também se preocupar com as expectativas que os jovens têm de si mesmos para que essa geração não perca a capacidade de sonhar.

O projeto de vida ocorre na perspectiva de que as ações educativas da vida escolar tenham ligação com a formação para o desenvolvimento de valores e perspectivas de futuro. Os estudantes são corresponsáveis por essas ações cabendo aos educadores a tarefa de orientá-los e apoiá-los. O projeto não intui substituir a família, mas se mostra como fortalecimento dessa relação entre os familiares e a escola, por isso faz parte do rol de atividades complementares da instituição.

Com base no projeto político pedagógico da ETI João Pires Cardoso (2024), a construção do Projeto de Vida acontece no decorrer do ano letivo, a partir das vivências e reflexões sobre suas identidades, habilidades, interesses e sonhos, fomentados pelas oficinas e atividades desenvolvidas pelos professores. O projeto de vida visa contribuir para a formação de um indivíduo solidário e protagonista da sua própria história, a partir dessas visões:

- X. É projetar a vida dando sentido à nossa existência;
- XI. É algo que pode ser realizado através de um processo estruturado, gradual, lógico e reflexivo;
- XII. É desenvolver o autoconhecimento e projetar uma visão detalhada sobre os planos para o futuro;
- XIII. É concentrar esforços para realização dos seus projetos;
- XIV. NÃO é projeto de carreira.

O Projeto de Vida tem como base fundamental os 4 pilares da educação da educação:

APRENDER A CONHECER – para os alunos compreender qual a melhor forma de aprender e continuar se beneficiando das oportunidades educacionais ao longo da vida, mantendo-se aberto a novos conhecimentos;

APRENDER A FAZER – desenvolvimento de habilidades e o estímulo ao surgimento de novas aptidões para tornar-se apto a enfrentar diversas situações e trabalhar em equipe.

APRENDER A CONVIVER - aprender a viver juntos, desenvolvendo o conhecimento do outro e a percepção das interdependências e preparar-se para realizar projetos coletivos e gerenciar conflitos.

APRENDER A SER - prepara o indivíduo para elaborar pensamentos autônomos e críticos; exercitar a liberdade de pensamento, discernimento, sentimento e imaginação. Compreender-se, aceitar-se e saber usar suas habilidades para crescer e buscar seu bem-estar. (Monteiro, Sutil E Bonfim, 2020)

O trabalho com o projeto de vida também visa fortalecer a relação entre escola e a família, instituições consideradas fundamentais no processo de desenvolvimento integral do aluno, a partir das relações desenvolvidas entre ambas têm trazem bons resultados que segundo pesquisas apontadas por Costa (2003) têm mostrado os benefícios advindos dessa integração escola/família. As duas instituições desempenham papéis diferenciados nas atividades de aprendizagem, construção de valores e cidadania dos alunos que acabam contribuindo de alguma maneira com o desenvolvimento.

Ao olhar da sociedade, a família tem um papel fundamental que é a transmissão de valores e dos princípios educativos, confiando à questão do ensino e o complemento educacional às escolas. Podemos compreender a escola, segundo Gohn (2004), como um espaço de formação composta por sujeitos ativos e participantes no processo educacional dentro e fora das escolas enquanto espaços sistematizados. Muitos pais devido ao compromisso de ter que trabalhar não conseguem se mostrar mais presentes na escola, consequentemente, na vida escolar de seus filhos. Já outros não têm interesse mesmo ou condições intelectuais de participar e acompanhar as atividades desenvolvidas na escola.

“A Família e a escola devem ser base e sustentação para o processo de ensino e aprendizagem, quanto melhor for a parceria entre ambas, mais positivos e significativos serão os resultados na formação do aluno” (Silveira e Perrude, 2013, p. 08). Consoante as autoras, a instituição familiar e escolar são a base para a formação do indivíduo e que o trabalho entre ambas contribuirá significativamente com desenvolvimento do aluno de forma a torná-lo futuramente um cidadão crítico, ativo e protagonista da sua história.

A finalidade é que essa união entre pais e escola se construa através de uma interação planejada e consciente, em que a Escola possa criar espaços de reflexão e experiências de vida numa comunidade educativa, assim sendo quem tem a lucrar com essa parceria são os envolvidos (pais - professores - alunos). Não esquecendo que os benefícios desse envolvimento tendem a grandes transformações evolutivas nos níveis cognitivos, sociais, afetivos e até mesmo na formação da personalidade dos alunos. (Silva, 2015, p. 11-12)

“A Família e a escola devem ser base e sustentação para o processo de ensino e aprendizagem, quanto melhor for a parceria entre ambas, mais positivos e significativos serão os resultados na formação do aluno” (Silveira e Perrude, 2013, p. 08). Consoante as

autoras, a instituição familiar e escolar são a base para a formação do indivíduo e que o trabalho entre ambas contribuirá significativamente com desenvolvimento do aluno de forma a torná-lo futuramente um cidadão crítico, ativo e protagonista da sua história.

Assim, a participação da família ganha sentido quando a escola recebe a presença dos mesmos de forma receptiva e positiva de forma a agregar com o desenvolvimento integral do aluno. Essa relação deve se dar por meio de espaços de diálogos, de convivência e participação na vida escolar.

A escola e a família são duas instituições sociais que ao passar do processo histórico sofreram várias transformações junto a suas concepções, funções e valores. Ambas constituem a forma basilar da sociedade e como tal, também atuam como o principal meio de transmissão de valores morais, sociais, de aspectos relacionados ao desenvolvimento emocional, as tradições culturais, além do conhecimento.

Conforme Ramos e Nascimento (2008, p. 462) “a principal função de uma instituição é propagação dos valores inscritos nela. Um dos processos que permitem essa transmissão de valores é a socialização, cujo objetivo traduz-se na divulgação das leis e normas institucionais facilitando a interiorização das mesmas pelos indivíduos”.

Essa relação que existe, ou que deveria existir, é intrínseca e impacta diretamente no processo de aprendizagem das crianças e jovens. De fato, esse entrelaçamento contribui significativamente com o aprendizado, visto que a família e a escola são espaços cujas crianças e os jovens perpassam e se relacionam na maior parte do tempo.

Dessa forma, diante de todas as mudanças ocorridas na família ao longo do tempo em função de vários fatores, entre eles a emancipação humana, é que os papéis da escola foram ampliados para suprir as novas demandas que a família e a sociedade trazem. “Negar este fato é agir fora da realidade, pois as mudanças na família além de afetar a sociedade como um todo, afeta também a educação dos filhos refletindo indiscutivelmente sobre as atividades desenvolvidas pela escola” (Souza, 2009, p. 06). A partir disso, tecer considerações acerca dessa relação, do processo participativo da família na escola, é importante a fim de que identifiquemos os principais mecanismos de participação na escola.

4.4 Entre caminhos e descaminhos: os achados deste estudo

Este estudo acerca da implantação de uma escola em tempo integral revelou limites, possibilidades, fragilidades e forças quando se está falando sobre política pública de relevante impacto social. O impacto já começa quando os gestores, professores e comunidade são

comunicados que a escola, antes, de tempo parcial, passará a funcionar em tempo integral. A secretaria de educação fez um estudo prévio e chegou à conclusão que a Escola João Pires Cardoso tinha alguns dos requisitos para ampliar sua jornada de atividade, com a nova denominação de Escola em Tempo Integral (ETI) João Pires Cardoso.

Salienta-se que para consolidação deste trabalho de pesquisa, realizamos uma pesquisa de campo, por meio de visitas *in loco*, e da análise três documentos: as diretrizes educacionais do município de Aquiraz, onde a escola está localizada, no Projeto Político Pedagógico (PPP), da própria escola e nos relatórios de avaliações interna e externa disposto na escola.

Sem dúvidas, a transição foi um processo cheio de esperanças e medos, visto que é uma mudança importante para uma instituição de ensino. A proposta é trabalhar a educação integral em um espaço de tempo maior, em que os estudantes, em vez de ficar quatro horas na escola, ficam dez horas por dia. Por educação integral entende-se que, no contexto da BNCC (2017), representa uma abordagem mais ampla da formação do estudante, indo além do conteúdo acadêmico para englobar o desenvolvimento global da pessoa. Com base no Projeto Político Pedagógico (2024) da ETI João Pires Cardoso, “a educação integral é uma concepção que compreende que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais”.

Para o Projeto Político Pedagógico (2024) da escola em debate a instituição de tempo integral representa um avanço em direção à concretização de uma escola inclusiva que mantém a qualidade e amplia as oportunidades.

Para as instituições governamentais, a política pública de educação em tempo integral é uma necessidade social, educacional e econômica. Não obstante, é comum ouvir nos discursos políticos que se faz escola com jornada ampliada para tirar os jovens da ociosidade ou garantir segurança alimentar aos alunos matriculados, por exemplo.

A mudança para o tempo integral chega também com muitos desafios, principalmente quanto aos espaços, currículo e o tempo de atividades. Na entrevista que tivemos com os gestores da escola, obtivemos os seguintes relatos, quando questionadas sobre a implantação da escola:

“No início ficamos apreensivos, porque estávamos saindo do período pandêmico, aliás, a gente ainda estava com muito medo do vírus. Quando fomos chamados na secretaria de educação e foi dito para nós que a escola João Pires seria tempo integral a primeira coisa que eu pensei foi nos espaços. E perguntei como seria possível com os desafios que tínhamos de enfrentar. O Secretário pediu que a

gente tivesse calma que tudo daria certo, e que a secretaria faria os ajustes necessários tanto na estrutura física como no grupo de professores, porque pedimos que todos os profissionais ficassem o dia todo na escola". (Gestora da Escola)

"Eu pensei de imediato na questão pedagógica porque a gente ia ter que readeclarar todo o nosso projeto pedagógico à nova realidade e que isso levaria tempo, pois muitas coisas precisavam se ajustar. Outro receio meu foi comunicar os familiares, embora eu pensasse que eles iam gostar. Mas é que toda mudança provoca outras situações". (Coordenadora pedagógica).

Depreende-se, pelas falas das gestoras, que o receio, a dúvida e medo foram sentimentos presentes nesse processo de transição, e que sua superação ainda não ocorreu, tendo em vista que ainda há muitos desafios na escola. Nas visitas feitas já com a escola em atividade pudemos observar um cotidiano agitado, com muitas demandas e desafios persistentes.

Perguntas também sobre como avaliam a política pública de educação integral na ETI João Pires, tivemos as seguintes respostas:

"Vejo com bons olhos. A comunidade onde nossa escola está inserida precisa muito de uma escola em tempo integral. Sei que não será fácil, mas sei que vai dar tudo certo. Toda política pública, quando beneficia quem mais precisa, é sempre bem vinda. E a educação em tempo integral é uma dessas políticas". (Gestora da Escola) "Avalio como muito importante e favorável, mas só obteremos êxito se o poder público nos ajudar. E tem nos ajudado. Porque ninguém faz escola nem parcial nem integral sem recursos". Na nossa escola o trabalho é muito grande porque os alunos passam o dia todo lá. São dez horas de atividades. (Coordenadora pedagógica).

Entre atividades pedagógicas, lanches e almoço, pausa para descanso e retorno às atividades, os desafios patentes se encontram nas diversas tarefas, além do atendimento aos pais e comunidade. Parece que tudo em uma escola em tempo integral é muito grande, e de fato é. São lanches e almoço em grande quantidade, muitos materiais pedagógicos, o número de profissionais substancial, etc. O fato é que é perceptível que a escola vai dando certo e a superação de tais dificuldades se constrói na rotina da escola e em sua cultura organizacional.

Neste estudo fizemos uma análise do projeto político pedagógico da ETI João Pires Cardoso. O mesmo foi reestruturado nos anos de 2022 e 2023 e apresentado à comunidade escolar em 2024. O PPP é um documento obrigatório à escola e nele contém todo o trabalho que será desenvolvido pela instituição no decorrer do ano letivo, salientamos que o documento encontra-se bem organizado e estruturado e traz todos os elementos que fazem reconhecer a escola como uma instituição com jornada ampliada.

Primeiramente, chama-se atenção para o aspecto ideológico posto no projeto pedagógico. A escola se coloca como progressista, com ideais democrático e com objetivos de

formação para emancipação dos estudantes, tornando-os seres humanos críticos e conscientes. Quanto à dimensão pedagógica a ETI João Pires Cardoso “tem como referencial teórico-metodológico as abordagens sociointeracionista e construtivista, adotadas na Proposta Curricular do Município de Aquiraz, em que aluno e professor constroem juntos o conhecimento, interagindo com o meio, contribuindo para a construção dos saberes e práticas vivenciadas de caráter cognitivo, afetivo e psicomotor”.

A escola trabalha diversos projetos, o que dá dinamicidade e envolvimento de todos e todas no desempenho de atividades pedagógicas que garantem o currículo comum e diversificado. Analisamos todos os projetos e atividades e demos destaque a alguns.

A formação docente tem um caráter continuado e é desenvolvida pelas coordenadorias pedagógica com foco nos professores da escola. Todos participam dos encontros formativos que ocorrem no próprio ambiente escolar. A Secretaria de Educação também promove formação para professores, diretores, coordenadores e professores de atendimento educacional especializado. Todos os profissionais que fazem o quadro da ETI João Pires participam das formações, pois veem nelas um apoio para ampliar os conhecimentos e melhorar suas práticas na escola.

A formação continuada de professores possibilita uma melhor qualidade ao trabalho desenvolvido pelos professores, além de ser um momento de troca de experiência entre os docentes, o que vai ajudando no processo de superação de dificuldades do ensino e da aprendizagem.

Constatamos que, na escola de tempo integral há a figura e protagonismo do professor coordenador de á (PCA) que tem como objetivo colaborar com os professores, observando o cumprimento do planejamento didático, acompanhamento e monitoramento de atividades, sendo esse profissional um importante aliado do coordenador pedagógico, uma vez que ele está fora de sala de aula para fortalecer as potencialidades dos docentes e minimizar dificuldades, alavancando o desempenho dos alunos.

Há, ainda, o acompanhamento e o monitoramento das ações pedagógicas que são realizados via sistema informatizado, no caso o E-SAGE (Sistema de Avaliação e Gestão Escolar). Este sistema constitui-se em uma ferramenta gerencial para a rede pública municipal de ensino, criada em ambiente *web*, que facilita a administração escolar no que diz respeito à execução, acompanhamento e controle de suas atividades, permitindo, assim, a atualização em tempo real da base de dados gerenciais da Secretaria de Educação.

A Educação das relações étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Povos Indígenas acontece por meio de projetos culturais desenvolvidos

o ano todo e tem como objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, o desenvolvimento de valores quanto à pluralidade étnico-raciais, tornando os cidadãos capazes de interagir e de trabalhar objetivos comuns que garantam igualdade, e equidade, respeito aos direitos legais e valorização de identidade das raízes africanas, afrodescendentes e indígenas, na busca da consolidação da democracia e correção de posturas e atitudes que impliquem desrespeito e discriminação. Os estudos e temáticas referentes à História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena são desenvolvidos de forma interdisciplinar e no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nos componentes de Artes, Literatura, História, Geografia e Ensino Religioso através dos conteúdos, competências, atitudes e valores que permeiam a temática em questão.

Destacam-se, ainda, o projeto sala de leitura Encantando Para Ler - tem como objetivo estimular nos alunos o gosto pela leitura, ampliando o repertório através da linguagem desenvolvendo um trabalho de parceria com todos os professores. O projeto ocorre como atividade extracurricular, semanalmente, e todos os estudantes participam por meio de atendimentos no ambiente da sala de leitura.

Outra ação imponente é o Projeto Conhecendo Aquiraz, que dá oportunidade aos alunos de conhecer o lugar onde moram, sua história e o pertencimento do espaço em que habitam. No projeto a escola visa fazer com que os alunos conheçam mais especificamente a diversidade histórica, geográfica, cultural e social do seu município.

O Projeto Escola Vai ao Cinema propõe favorecer o acesso de educandos e educadores da ETI João Pires Cardoso à produção cinematográfica de diferentes categorias e gêneros, com apoio de material para a prática educativa onde o aluno possa conhecer a linguagem cinematográfica como mais um elemento constitutivo de sua formação; analisar produções cinematográficas em gênero dramático, comédia, etc, sempre respeitando a classificação indicativa e estabelecendo o diálogo entre a narrativa do cinema e os conhecimentos adquiridos no dia a dia em sala de aula. de modo a incorporar a arte do cinema ao seu repertório cultural, ampliando, assim, sua potencialidade no exercício de uma postura crítica e reflexiva na vida escolar e pessoal.

Chama-se atenção para os estudos de recuperação paralela, em que o alunos com desempenho mais baixo, no contraturno do componente curricular que precisa melhorar, tem aula com professores no sentido de fortalecer a aprendizagem e, ainda, melhorar os índices nas avaliações externas.

Dá-se destaque ao atendimento educacional especializado (AEE), onde os estudantes com deficiências e com transtornos recebem o atendimento dos profissionais especializados.

Estes colaboram também com a formação dos professores, propondo-lhes atividades pedagógicas a serem executadas pelos docentes a fim de atender às necessidades dos estudantes com deficiência.

A escola em estudo realiza vários outros projetos e programas, mas demos destaque aos mencionados acima a fim de demonstrar os caminhos percorridos pela escola com relação à administração do tempo. Nota-se que os horários são preenchidos com a execução desses projetos, no entanto, o aspecto pedagógico é o mais trabalhado, principalmente por meio do reforço escolar, deixando outros projetos e ações de cunho cultural, de lazer, esportivo, etc longe do cotidiano.

O aspecto pedagógico está muito ligado à questão do desempenho dos alunos nas avaliações externas. Nota-se isto tanto no relatório de avaliações, no PPP e nos diálogos com os gestores da escola. Há uma valorização por parte do governo do estado do Ceará, dos municípios cearenses e, consequentemente, das escolas, para que possam figurar com as melhores notas seja na Prova Brasil ou no SPAECE.

Nas avaliações internas, ou seja, as que são realizadas pela própria escola, ao serem analisados os números entre os anos de 2021 e 2023, temos o seguinte:

Quadro 5 - Aprovação, reprovação e abandono da ETI João Pires Cardoso de 2021 a 2023

	2021	2022	2023
Aprovação	100%	100%	100%
Reprovação	0%	0%	0%
Abandono	0%	0%	2,6%

Fonte: Relatório de avaliações internas e externas da ETI João Pires Cardoso

Percebe-se um resultado em que todos os alunos são aprovados, demonstrando que, nas avaliações feitas pela própria escola, com base no seu sistema de avaliação definido pelo projeto pedagógico, os discentes têm aprendido conforme os objetivos da escola, o que, no nosso entendimento, em se tratando da aprendizagem, a escola é absoluta no seu resultado, o que nos faz analisar os números friamente sem questionar sua autenticidade. Importa dizer que não tivemos acesso aos resultados do ano de 2024.

Nos testes feitos por meio dos sistemas de avaliação externa, damos destaque aos resultados do Sistema Permanente de Avaliação do Estado do Ceará nos anos de 2021 a 2023,

conforme quadro abaixo.

Quadro 6: Resultados do SPAECE 9º ano da ETI João Pires Cardoso.

Ano	Proficiência	
	Português	Matemática
2021	270	269
2022	243	249
2023	255	253

Fonte: Relatório de avaliações internas e externas da ETI João Pires Cardoso

Os números podem ser traduzidos com base em vários elementos. Diferentemente das avaliações internas, os resultados do desempenho no tipo de avaliação que o quadro 6 traz devem ser considerados a partir de vários fatores que interferem direta ou indiretamente nos testes em larga escala. O fato é que, em 2021, quando a escola funcionava em regime parcial, sua proficiência foi maior nos dois componentes avaliados. Na escala de proficiência estabelecida pelo sistema de avaliação em Português, no ano de 2021, a escola ficou no nível intermediário, caiu em 2022, e ficou no nível crítico e em 2023 voltou para o nível intermediário. No componente matemática, as três proficiências estão no crítico, percebendo uma queda em 2022 e em 2023 uma melhora na proficiência. Chama nossa atenção o resultado de 2021, ano em que a escola ainda era tempo parcial. Chamam atenção, também, as quedas em português e em matemática em 2022, ano de implantação do tempo integral na escola. Como falamos, a análise desses números devem considerar diversos fatores, porém, é provável que essa queda se deva ao fato da mudança de regime da instituição. Salientamos que, no momento desta pesquisa, o resultado definitivo de 2024 não havia sido divulgado.

Diante de tais análises, indagamos: escola em tempo integral significa resultados melhores? Mais tempo na escola pode ser entendido como aprendizagem melhor? Obviamente não podemos afirmar que sim, pois há escolas em tempo parcial com desempenho melhor que as de tempo integral. Para Cavalieri (2007, p. 102):

Em geral, este se refere ao tempo diário de permanência dos alunos na

escola. De acordo com a autora, mesmo diante da ausência de consensos estabelecidos entre os pesquisadores que apontem uma associação causal direta entre a maior duração do tempo escolar e o aumento do rendimento dos alunos. Em teoria, as concepções de educação integral e de educação em tempo integral demonstram-se afinadas.

Na verdade, dizer que os estudantes aprendem mais quando matriculados em escolas com jornada ampliada é muito superficial. Por uma lógica mais social e econômica parece que mais tempo na escola torna a educação integral como a salvação dos problemas. No entanto, não é bem assim. Mas, por uma lógica educacional, se o indivíduo está mais exposto à aprendizagem, melhor deverá ser seu desempenho. Vejamos o que diz Cavaliere (2007, p. 102):

A ampliação do tempo diário de escola pode ser entendida e justificada de diferentes formas: (a) ampliação do tempo como forma de se alcançar melhores resultados da ação escolar sobre os indivíduos, devido à maior exposição desses às práticas e rotinas escolares; (b) ampliação do tempo como adequação da escola às novas condições da vida urbana, das famílias e particularmente da mulher; (c) ampliação do tempo como parte integrante da mudança na própria concepção de educação escolar, isto é, no papel da escola na vida e na formação dos indivíduos.

O que se pretende é que os alunos da ETI João Pires Cardoso tenham desempenho melhor em seu processo de aprendizagem. Isto está muito claro na proposta pedagógica da unidade de ensino e nas falas das gestoras, especialmente porque os esforços são nesse sentido e o tempo é explorado para o reforçamento do processo de aquisição do saber. Nos dias em que pudemos estar na escola observamos que, mesmo em meio a tantos desafios, as atividades da escola ocorriam a contento. Outra questão que se faz necessário mencionar é que o que está posto no PPP é colocado em prática, porém priorizando o trabalho mais pedagógico, uma vez que a quantidade de ações que encontramos no documento são muitas e que a execução de algumas pode inclusive mudar o foco da instituição. Portanto, aspectos teóricos e práticos têm caminhado juntos.

É comum que numa escola em tempo integral nós nos deparamos com muitos desafios, inclusive demos destaque a alguns no decorrer destes escritos. A ETI João Pires Cardoso não é diferente. Mas ressaltamos que a escola é bem organizada e que há um esforço sobrecomum para que os processos ocorram da melhor forma. É uma escola que constitui um conjunto de discentes do 6º ao 9º, notadamente o grupo mais desafiante nessa etapa da educação básica, mas que, pelos esforços e vontade que nos deparamos de todos os trabalham na instituição, não temos dúvida que o avanço no processo de ensino e aprendizagem, certamente se concretizará, pois a escola em tempo integral, apesar dos caminhos e descaminhos, são uma política pública

de grande impactos nos campos social e educacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta da pesquisa em questão foi a de avaliar a Política Pública da Educação de Tempo Integral na ETI João Pires Cardoso, no Município de Aquiraz-CE. Fizemos um estudo que nos permitiu refletir sobre o que são políticas públicas, para que servem e como se desenham, a fim fortalecer nosso conhecimento para que pudéssemos analisar a política de educação em tempo integral de Aquiraz, no Ceará, e mais especificamente a ETI citada anteriormente.

Depreende-se que a política de educação de tempo integral tem crescido de forma significativa nos últimos anos no Brasil, isto porque tem-se discutido que a jornada escolar ampliada traz diversos benefícios aos estudantes, notadamente nos aspectos emocionais, cognitivos e também sociais, assim como amplia os recursos oriundos do Governo Federal de financiamento da educação, uma vez que o discente com jornada ampliada custa mais do que os de escolas parciais.

Tendo como base os debates teóricos abordadas neste trabalho de pesquisa, os quais fundamentam este estudo numa perspectiva qualitativa, foi possível confrontar as convergências e divergências em torno dos conceitos, ideias e percepções sobre a política de educação em tempo integral e seus impactos no processo de aprendizagem dos alunos e dos resultados educacionais.

É importante colocar que nas consultas feitas em busca de materiais bibliográficos e documentais que debatem o tema de nossa dissertação, especialmente o Repositório da Universidade Federal do Ceará (UFC), o site *Scientific Electronic Library Online (Scielo)* e no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, encontramos artigos, dissertações e teses sobre educação integral, em tempo integral e políticas públicas em um significativo número, o que demonstra ser uma temática de relevância social e que provoca o interesse de muitos pesquisadores.

As discussões realizadas neste trabalho são regidas por aspectos de extrema relevância social, educacional e política, dadas as transformações ocorridas ao longo da história da educação brasileira no tocante à educação integral e em tempo integral, tendo em vista o crescimento dessa política nos últimos anos. Damos destaque ao Estado do Ceará, que vem avançando em todo o estado apoiando os municípios a implementarem ações com foco na ampliação de escolas em tempo integral.

Sabemos que as discussões sobre a ampliação do número de escola e matrícula do tempo integral também provocam questionamento e embates, principalmente porque a

mudança de tempo parcial para o integral se dá muita vezes de forma abrupta, não dialogada e sem o planejamento prévio, colocando a questão dos espaços escolares, tempo, currículo, entre outros, como questões desafiadoras que precisam ser superadas para que o tempo ampliado não se torne um “pesadelo” para gestores, docentes, famílias e os alunos, mas que seja, de fato, uma política de grande impacto social e educacional, sobretudo na melhoria do processo de aprendizagem.

Como proposta de trabalho deste estudo, foram realizadas pesquisas bibliográfica e de campo, com uma análise documental do projeto Político Pedagógico (2024) da escola investigada, das diretrizes educacionais (2024) do município de Aquiraz e, ainda, dos relatórios de avaliações da mesma escola, com o intuito de descrevermos a concepção e implantação da ETI João Pires Cardoso, enfatizando os impactos dessa política pública.

A implantação da escola em tempo integral em Aquiraz, em especial na Escola de Tempo Integral João Pires Cardoso foi um desafio, não só na logística e estruturação da escola para receber as 12 turmas, com aproximadamente 400 alunos de 6.º ao 9.º, mas, também, no retorno à escola após um momento de pandemia em que todos tiveram que ficar em casa e de repente, voltam à escola tendo que passar o dia todo.

Foi preciso ressignificar esse momento tanto para alunos, pais, professores, núcleo gestor e toda a comunidade escolar. De um modo geral foi desafiador. Retornando à instituição como pesquisadora após três anos, uma vez que, na época da implantação estávamos como Assessora Técnica na Secretaria de Educação em Aquiraz, pude vivenciar toda essa experiência e verificar como está a escola decorridos três de sua mudança. Vimos durante as visitas a superação de algumas dificuldades, porém com necessidades de muitas melhorias.

Ao visitar a escola após longos 3 anos de implantação e conversando com as gestoras é notório a satisfação, mesmo que com muitos desafios, o impacto social, o avanço que representa na comunidade de Camará, em Aquiraz, onde a mesma está situada, a construção social e humana na vida desses alunos que são acompanhados de forma individual e no coletivo e as transformações no processo de aprendizagem que aos poucos vão se construindo.

A instituição de ensino adotou o acompanhamento dos alunos em sua totalidade através de portfólio de cada aluno, que vai desde o acompanhamento pedagógico à formação humana, com fortalecimento com as famílias e busca ativa a partir de três dias ausentes da escola. Vale considerar que uma política de educação em tempo integral pode abrigar diversos sentidos, a depender do contexto sociopolítico em que a discussão ocorre. Isto porque, no entendimento de muitos, a visão assistencialista prevalece em detrimento do papel da

educação integral, qual seja, o de buscar o desenvolvimento dos estudantes considerando diversos aspectos que não só o cognitivo.

A ideia de que a jornada ampliada nas escolas é para os menos favorecidos ou para que os pais/mães dos estudantes trabalhem, configura-se como um discurso ainda presente na sociedade, fazendo da política uma ação meramente assistencial com perspectivas muito mais relacionadas à quantidade do que à qualidade. Em um processo de construção de conceitos e de modo gradativo, a equipe da escola tem conseguido avançar no sentido de que a escola de tempo integral não abriga, como centralidade, o assistencialismo, mas o aspecto educacional é mais importante, tendo em vista que o quer se almeja é o fortalecimento da aprendizagem dos alunos.

A avaliação da implantação da política pública de educação em tempo integral na ETI João Pires Cardoso revela que, embora ainda esteja em processo de construção coletiva e aperfeiçoamento, já demonstra avanços significativos tanto no aspecto social quanto pedagógico. Conforme apontado por Ferreira (2008), a efetivação de uma política educacional exige o envolvimento de todos os atores da comunidade escolar, além da superação de desafios estruturais e culturais. Em Aquiraz, essa experiência tem evidenciado a importância do comprometimento coletivo para a consolidação de uma proposta que visa não apenas ampliar a permanência do aluno na escola, mas também promover uma formação integral, considerando suas dimensões cognitivas, sociais, emocionais e humanas. Os resultados já perceptíveis na escola e na comunidade de Camará indicam que, mesmo diante dos obstáculos, a política de tempo integral tem potencial transformador e deve ser continuamente fortalecida e aprimorada.

Entendemos que o tema debatido neste estudo carrega no seu cerne discussões que precisam estar mais evidentes, a fim de que a implantação da política de educação em tempo integral se dê com menos “dores” e mais esperanças. Isso será possível se o processo for feito de forma planejada e dialogada a fim de que não seja de qualquer jeito sem, ao menos, garantir estrutura mínima e espaços favoráveis à aprendizagem e com um currículo que diversifique e qualifique o processo de aprender interesse e dinamicidades por meio de ações que estimulem a cultura em suas diversas linguagens, o lazer, o esporte etc.

É imprescindível que continuemos os debates sobre a educação em tempo integral. As mudanças necessárias a essa política, que privilegia o tempo na escola deve fazer parte de um ideário analítico-reflexivo que não se esgota ao final de um trabalho como este. Ao contrário, configura-se como um estímulo para que as discussões sejam continuadas a fim que os debates sejam levados à prática com o intuito de que reverberam no processo de concepção e de execução nos espaços das escolas. Pensamos que nossa função enquanto pesquisa seja a de

colaborar para as transformações sociais com o objetivo de, em um prazo médio ou longo, possamos compreender que a educação é a grande porta voz dessa sociedade que clama por mudanças, sendo o tempo integral uma política em ascensão por entendermos sua relevância para uma sociedade melhor.

Como pesquisadora, sinto-me feliz de poder contribuir de alguma forma com essa discussão, especialmente com a escola na qual se deu este trabalho, tendo em vista que nos momentos visitados pudemos discutir sobre os desafios e os avanços sempre apontando para o que podia ser feito a fim de qualificar o trabalho já desempenhado pela instituição.

Concluo este estudo certa do meu inacabamento como ser humano, profissional e pesquisadora. Não foi fácil fazê-lo. Senti medos, incertezas e dificuldades, porém sempre motivada e esperançosa. Temos certeza de que as lutas por melhorias continuam nos desafiando todos os dias e que o processo de busca não cessa, o que faz de nós inquietos, com sede de mudanças e avanços para o campo educacional e, consequentemente, social. Certos, ainda, de que as políticas públicas, em qualquer campo, precisam ser criadas, implantadas, melhoradas e avaliadas, pois, sem dúvidas, os avanços sociais dependem muitas delas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Joana D'Arc Moreira. Escola de Tempo Integral: uma reflexão sobre suas contribuições e seus desafios, considerando a diversidade e a inclusão. **Revista eletrônica do Curso de Pedagogia**, Jataí, v. 2, n. 11, 2011.
- ALTHUSSER, Louis Pierre. Ideologias e aparelhos ideológicos de Estado. In: ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ANUÁRIO DO CEARÁ. **Ficha dos municípios**. Fortaleza: Sistema Verdes Mares, 2024. Disponível em: <https://www.anuariodoceara.com.br/guia-das-cidades/fichas-dos-municípios/aquiraz/>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- AQUIRAZ (CE). **Decreto nº 31/2024, de 6 de maio de 2024**. Dispõe sobre medidas administrativas e outras providências no âmbito do município de Aquiraz. Aquiraz: Prefeitura Municipal de Aquiraz, 2024. Disponível em: https://www.aquiraz.ce.gov.br/arquivos/3870/DECRETO_031_2024_0000001.pdf. Acesso em: 2 jun. 2025.
- ARROYO, Miguel Gonzales. O direito a tempo-espaços de um justo e digno viver. In: MOLL, Jaqueline et al. **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012, p.33-45.
- BOURDIEU, Pierre Félix; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- BRANCO, Verônica. Desafios para a implantação da Educação Integral: análise das experiências desenvolvidas na região sul do Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 45, p. 111-123, 2012.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/editora/32890>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- BRASIL. **Portaria Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa Mais Educação, com o objetivo de fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades socioeducativas no contraturno escolar. Brasília: Ministério da Educação; Ministério da Cultura, 2007. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2446-port-17-120110&category_slug=janeiro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 1 jun. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: ensino fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília: MEC, 2018. Disponível em:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

CAMURÇA, Kamile Lima de Freitas. **Mais educação é mais aprendizagem? Avaliação do Programa Mais Educação em Maracanaú, no Ceará.** 106 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em:
<http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/5993>. Acesso em: 10 maio 2025.

CARDOSO, Cintia Aurora Quaresma; **OLIVEIRA,** Ney Cristina Monteiro de. Concepções de educação integral e em tempo integral no Brasil: reflexões a partir bases teóricas e legais. **Revista e-Curriculum**, v. 18, n. 4, p. 2074-2094, 2020.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de escola e qualidade na educação pública. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1015-1035, 2007.

COELHO, Lígia Martha Coelho da Costa; **CAVALIERE,** Ana Maria (orgs.). **Educação brasileira em tempo integral.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CEARÁ (Estado). Decreto nº 35.430, de 15 de maio de 2023. Regulamenta a Lei Complementar nº 297/2022 e dispõe sobre a ampliação do Programa Aprendizagem na Idade Certa — PAIC Integral no âmbito dos municípios cearenses. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2023.

CORDEIRO, Maria Valquíria de Vasconcelos; **OLIVEIRA,** Luziane Azevedo de; **SOBRAL,** Inácia Érica de Farias Corlett; **SOBRAL,** Carlos Kleber Corlett. **Programa Mais Educação: desafios e possibilidades.** In: Anais do Congresso Nacional de Educação-CONEDU, 2., 2015, Campina Grande. Campina Grande: Realize Editora, 2015. p. 93-97.

CHARLOT, Bernard Jean Jacques. Relação com o saber e com a escola entre estudantes de periferia. **Cadernos de Pesquisa**, n. 97, p. 47-63, 1996.

DEFAVERI, Regina Carvalho Calvo. **A escola de tempo integral no estado de São Paulo:** um estudo de caso a partir do olhar dos profissionais das oficinas curriculares. 2013. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2013.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo:** política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico.** São Paulo: Martin Claret, 1997.

ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL JOÃO PIRES CARDOSO. Projeto Político-Pedagógico.
Aquiraz: Prefeitura Municipal de Aquiraz, 2024.

FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. **Microfísica do poder.** Tradução de Carlos Alberto Mattos. Rio de Janeiro: Graal; Paz & Terra, 1979. Capítulo XII, p. 179-191.

FREIRE, Paulo Reglus Neves. **Educação e mudança.** 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Antonio Gildázio de Andrade; FERNANDES, Joana D'Arc Páscoa Bezerra; LIMA, Marcos Antonio Martins. Avaliação centrada na mudança: efeitos do programa Mais Educação na diminuição da evasão. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, Santa Maria, v. 11, n. 20, 2022.

GABRIEL, Carmen Teresa; CAVALIERE, Ana Maria. Educação integral e currículo integrado: quando dois conceitos se articulam em um programa. In: MOLL, Jacqueline et al. **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos.** Porto Alegre: Penso, 2012.

GADOTTI, Moacir. **Educação integral no Brasil.** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2013.

GANZELI, Pedro; GANZELI, Cristiane; NOGUEIRA, Rosane Garcia Dorazio. Desafios da gestão escolar na construção da educação integral. **RBPAE**, v. 36, n. 2, p. 521-538, maio/ago. 2020. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbpae/v36n2/1678-166X-rbpae-36-2-0521.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Antonio Sérgio. Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral. **Cadernos Cenpec**, n. 2 – Educação Integral, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18676/cadernoscenpec.v1i2.136>. Acesso em: 23 fev. 2022.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Avaliação de programas sociais: conceitos e referenciais de quem a realiza. **Estudos de Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 25, n. 58, p. 22-42, maio/ago. 2014.

GONÇALVES, Alícia Ferreira. Políticas públicas, etnografia e a construção dos indicadores socioculturais. **Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL)**, Fortaleza, ano 1, v. 1, n. 1, p. 17-27, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/22512>. Acesso em: 9 maio 2025.

LIBLIK, Ana Maria Petraitis; BRANCO, Verônica. Projeto de intervenção pedagógica. In: LIBLIK, Ana Maria Petraitis. **Educação integral e integrada:** no contexto da educação a distância. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2009.

LIMA, Letícia Bianca Barros de Moraes; DUARTE, Donária Coelho. Políticas públicas de acessibilidade em turismo no Brasil. **Turismo: Visão e Ação**, v. 27, jan./dez. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.14210/tva.v27.20333>. Acesso em: 10 maio 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 31. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MOTA, Silvia Maria Carvalho. **Escola de Tempo Integral:** da concepção à prática. In: VI Seminário da REDESTRADO – Regulação Educacional e Trabalho Docente. UERJ, Rio de Janeiro, 2006.

PETERS, B. Guy. **American public policy:** promise and performance. 2nd ed. Chatham, New Jersey: Chatham House Publishers, 1986. 411 p.

SOARES, Antonio Jorge Gonçalves; BRANDOLIN, Fábio; AMARAL, Daniela Patti do. Desafios e dificuldades na implementação do Programa Mais Educação: percepção dos atores das escolas. **Educação & Realidade**, v. 42, n. 3, jul./set. 2017.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SOUZA, Ângelo Ricardo. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educação em Revista**, v. 25, n. 3, dez. 2009.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** Salvador: AATR – Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais, 2002. Disponível em:
https://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 7 maio 2025.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA - ETI JOÃO PIRES CARDOSO**ROTEIRO DA ENTREVISTA APLICADA À DIRETORA E
COORDENADORA PEDAGÓGICA DA
ESCOLA**

Pergunta 1: qual a sua função na escola?

Pergunta 2: Como foi a implantação da ETI João Pires Cardoso? Desafios e sugestões.

Pergunta 3: Quais os impactos da educação em tempo integral na comunidade da ETI João Pires Cardoso?

Pergunta 4: Como você avalia a política pública de educação em tempo integral na Escola João Pires Cardoso?

**APÊNDICE B – REGISTROS FOTOGRÁFIOS DAS VISITAS REALIZADAS Á ETI
JOÃO PIRES CARDOSO**



Fachada da escola – pesquisadora com a diretora da escola



Momento do almoço dos estudantes



Acolhida dos estudantes



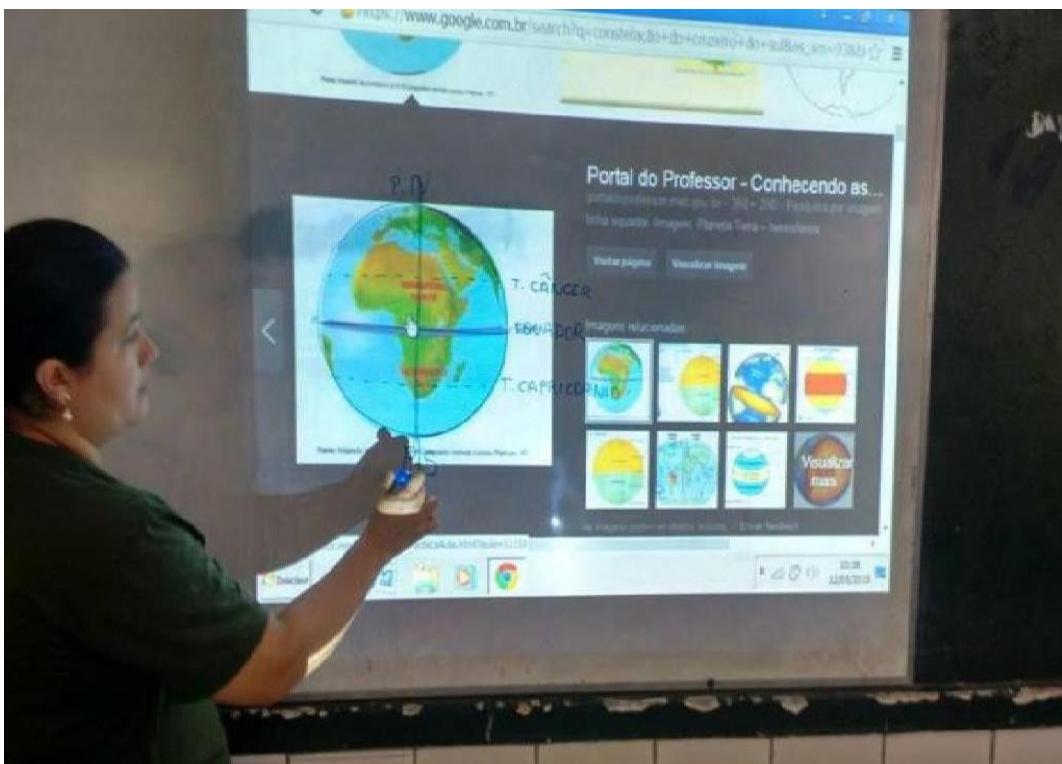
Reforço escolar



Atividades lúdicas com os estudantes com mais dificuldades



Gincana do projeto Mãe



Momento formativo com os professores – coordenado pela coordenadora pedagógica

ANEXO 1 - Lei que institui o tempo integral nas escolas de Aquiraz



LEI N° 1.186, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ, ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas; FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL nas Escolas da Rede Municipal, inclusive, para atender à Meta 02 do Plano Municipal de Educação - PME, instituído pela Lei n° 1.119 de junho de 2015.

Art. 2º Para efeitos desta Lei, entende-se como EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL a educação do aluno em ambiente escolar, durante o período mínimo de 7 horas, e máximo de 10 horas diárias, diárias.

Parágrafo Unico: O horário de férias e feriado da EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL seguirá normas estabelecidas pela Secretaria de Educação e Desporto.

Art. 3º A EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL será implantada de forma a atender aos alunos do 1º ao 9º no do Ensino Fundamental, com ampliação do horário de atendimento de 4 (quatro) para 10 (dez) horas diárias, no contra turno de horário regular.

Art. 4º Fica definido um percentual de atendimento dos alunos, onde como referência a matrícula das escolas, organizando-a em 2 grupos:

I. Escolas do Grupo A - Matrícula de 150 ou mais de 1000 alunos - 25%;

II. Escolas do Grupo B - Matrícula abaixo de 150 alunos - 100%

Art. 5º O acompanhamento da EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL será realizado pela Secretaria Municipal de Educação, que orientará, supervisionará e qualificara o atendimento aos alunos, estimulando-se desenvolvimento, abrangendo direitos humanos/formação de cidadania, o ensino e a aprendizagem, o esporte, a arte e a cultura, entre outros.

§1º Será parte do atendimento, além das atividades pedagógicas, a higiene corporal, o repouso, e a alimentação adequada aos alunos e transporte escolar.

Travessa João Umar, 259, Centro - Aquiraz-CE - Brasil | CEP 61.700-000

www.aquiraz.ce.gov.br

ANEXO 2 - Lei que dispõe sobre a oferta do tempo integral nas escolas de Aquiraz



LEI N° 1.285/2018 DE 29 DE JUNHO DE 2018.

ALTERAM OS ART. 4º, 7º E 8º, DA LEI 1.186, DE 29 DE JUNHO DE 2016, QUE DISPÕE SOBRE A OFERTA DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE AQUIRAZ.

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE AQUIRAZ APROVOU e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Os Art. 4º, 7º e 8º, da Lei 1.186, de 29 de junho de 2016, passam a ter a seguinte redação:

Art. 4º - Fica definido que o Programa Educação em Tempo Integral, desenvolvido nas escolas municipais de Aquiraz se organizará em dois grupos: escolas urbanas e escolas rurais.

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Educação de Aquiraz fará resarcimento das despesas com transporte e alimentação decorrentes da prestação do serviço voluntário realizado por mediadores e facilitadores do Programa.

§ 1º - O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão e compromisso, entre a escola e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

§ 2º - O serviço voluntário, nos termos da Lei 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, não será remunerado e não gerará vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Art. 8º - A Secretaria Municipal de Educação remunerará os mediadores e facilitadores do Programa Educação em Tempo Integral com uma bolsa mensal para custear despesas comprovadamente realizadas para o cumprimento do Plano de Trabalho elaborado em cada escola, conforme estabelecido pela lei nº 9.608 de 18 de Fevereiro de 1998.

Projeto de Lei nº 025/2018 – Poder Executivo Prefeito Edson Sá
PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ
Rua João Lima, 259 – Centro – CEP 61.700-000 – Aquiraz – Ce



ANEXO 3 - Lei que institui a política de educação integral em tempo integral



DECRETO N° 031/2024, DE 06 DE MAIO DE 2024

**DECRETA E INSTITUI A POLÍTICA
DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM
TEMPO INTEGRAL DA REDE DE
ENSINO MUNICIPAL DE AQUIRAZ
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE AQUIRAZ, estado do Ceará, no uso de suas atribuições que lhe confere os incisos IV e VI, do Art. 53, da Lei Orgânica do Município de Aquiraz e,

Considerando a importância da Educação em Tempo Integral para o desenvolvimento da educação do indivíduo na totalidade dos seus aspectos;

Considerando a Lei Federal nº 9.394 de 1996, que disciplina e estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB (e alterações posteriores);

Considerando a Lei Federal nº 14.640 de 31 de julho de 2023 que institui o Programa Escola em Tempo Integral com a finalidade de fomentar a criação de matrículas na educação básica em Tempo Integral;

Considerando o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, que institui 20 metas para a Educação Nacional e na meta 6 se compromete a "Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.";

Considerando a necessidade de implementar ações programadas para o cumprimento do PNE e PME, observadas as especificidades e peculiaridades das Unidades Escolares pertencentes à Rede Municipal de Ensino de Aquiraz/CE.

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Política de Educação Integral em Tempo Integral da Rede de Ensino Municipal de Aquiraz, já estabelecida, na Constituição Federal, artigos 205, 206 e 227; na Lei de Diretrizes e Base da Educação – Lei nº 9.394/1996, artigos 34 e 87; no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 9.089/1990; no Plano Nacional de Educação – Lei 10.179/01; no Plano Municipal de Educação – Lei 1.119/2015; na Lei municipal nº 1.186/2016 que institui a Educação em Tempo Integral do Município de Aquiraz; no Programa Escola em Tempo Integral – Lei 14.640/2023 e regulamentado pelas Portarias nº 1.495/2023 e nº 2.036/2023.

Paço Municipal Carlos Augusto Matos Pires . Rua Augusto Sá, S/N - Centro - Aquiraz/CE - 61.700-000

● Prefeitura de Aquiraz ● prefeituradeaquirazoficial ● www.aquiraz.ce.gov.br

ANEXO 4 - HINO DA ESCOLA

Letra e Música: Darlineudo de Sousa Rocha; Izaquiel da Silva Peixoto e Paulo Rosicleiton de Lima

Meu futuro começa aqui
Educação é meu viver
A esperança de progredir
A esperança de crescer
O João Pires é meu lar
O meu lar educacional
Por isso devemos valorizá-lo
Para sermos um profissional

**Meu futuro é este, estudar e batalhar
Ser um cidadão conquistar o meu lugar
Meu futuro é este, estudar e batalhar
Para ser alguém, um alguém profissional**

O João Pires é pra você
Pra você poder crescer
Se você não se importa
Mas alguém se importa com você
O João Pires é o seu endereço
Seu endereço especial
Por isso devemos estudar para
sermos um profissional
O João Pires nos ensina
Com coragem e sem temor
Estudando nessa escola
Eu vou ser um vencedor
O João Pires nos ensina
Nos ensina de coração
Estudando nessa escola
Eu vou ser um cidadão.